



# **Tratamento contabilístico dos direitos desportivos dos jogadores de futebol da formação nas sociedades desportivas**

por

Orlando Pacheco da Silva

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão

**Orientada por**

Júlio Manuel dos Santos Martins

**FACULDADE DE ECONOMIA**

**UNIVERSIDADE DO PORTO**

Setembro 2015

## **Nota biográfica**

Orlando Pacheco da Silva nasceu na cidade de Reutlingen em 27 de agosto de 1979, filho de pais portugueses emigrantes na Alemanha. Regressou definitivamente a Portugal (Vizela) em agosto de 1985 para iniciar o seu percurso escolar no ensino primário. Todo o seu percurso escolar, ensino primário e secundário, foi frequentado em Vizela.

Em 1999 ingressou na Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (Póvoa de Varzim), um polo do Instituto Politécnico do Porto, como aluno da Licenciatura Bietápica em Contabilidade e Administração. Em novembro de 2004 finalizou a Licenciatura e iniciou o seu percurso profissional. Iniciou a sua vida profissional em 2005 e iniciou funções como gestor de seguros e técnico financeiro num período de dois anos. Em 2007 ingressou na Radio Popular, S.A. para a função de auditor interno e desempenha atualmente as mesmas funções na organização.

Em 2012 iniciou o Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão na Faculdade de Economia do Porto. Atualmente é finalista do Mestrado e apresenta a sua Dissertação para a conclusão do curso.

## **Agradecimentos**

A dissertação só foi possível com a ajuda de algumas pessoas que me deram o apoio necessário para ultrapassar todos os obstáculos que surgiram durante todo o trabalho de pesquisa e investigação a que me propus realizar.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, Doutor Júlio Manuel dos Santos Martins, por todo o auxílio e disponibilidade ao longo de todo o trabalho e que foi fundamental para o desenvolvimento da minha dissertação.

Em segundo lugar quero deixar o meu agradecimento ao Doutor Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz por me ajudar a esclarecer todas dúvidas que lhe coloquei sobre o tema desenvolvido.

Por fim, quero agradecer à minha família por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida, inclusive os momentos difíceis que surgiram durante o desenvolvimento da dissertação.

## **Resumo**

O futebol moderno, tal como é conhecido atualmente, desenvolveu-se nomeadamente a partir do século XX, tornando-se numa modalidade desportiva de interesse global e um negócio que movimenta anualmente centenas de milhões de euros. De acordo com as informações obtidas das principais associações europeias (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Espanha), na época desportiva 2013/2014, as transferências dos jogadores de futebol atingiram um volume recorde de 2,4 biliões de euros (Oprean e Opriser, 2014; Raab, 2014; Ribeiro e Nogueira, 2007; Kulikova e Goshunova, 2014).

Na presente dissertação o principal tema em discussão é o reconhecimento e a mensuração dos jogadores de futebol adquiridos a terceiros, jogadores “livres” e, com especial ênfase, os jogadores da formação interna.

Os direitos desportivos dos jogadores de futebol, incluindo os jogadores da formação, se cumprirem os critérios definidos pela norma internacional de contabilidade (IAS 38) – benefícios económicos futuros, controlo e identificabilidade - podem ser reconhecidos como um ativo intangível. No entanto, é imprescindível mensurar fiavelmente os direitos desportivos dos jogadores de futebol.

A dissertação inclui uma investigação desenvolvida com base num inquérito (por questionário) enviado aos trinta e seis clubes portugueses participantes nas ligas de futebol profissional (1ª e 2ª liga), de modo a entender qual é o ponto de vista dos clubes na questão do reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores de futebol.

O resultado do inquérito, complementada pela informação obtida nas demonstrações financeiras dos clubes de futebol profissional, permitiu concluir que não existe um critério homogéneo no reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores “livres” e dos jogadores da formação interna. A ausência de um critério homogéneo na contabilização dos direitos desportivos dos jogadores pode colocar em causa a imagem fiel e apropriada das demonstrações financeiras dos clubes de futebol profissional.

**Palavras-chave:** direitos desportivos, jogadores da formação, ativo intangível, reconhecimento, mensuração

## **Abstract**

The modern football, as it is currently known, was developed especially from the twentieth century, made into a sport of global interest and a business that moves every year hundreds of millions of euros. According to the information obtained from the main European associations (France, Germany, Britain, Italy and Spain), the sports season 2013/2014, transfers of football players reached a record volume of 2.4 billion euros (Oprean & Opriser, 2014; Raab, 2014; Ribeiro & Nogueira, 2007; Kulikova & Goshunova, 2014).

In this dissertation the main topic under discussion is the recognition and measurement of players registered through transfers, players registered as free agents and, with special emphasis, the players from the youth academy.

The rights to use the football players, including the players from the youth academy, if they comply the criteria set by the internacional accounting standard (IAS 38) – future economic benefits, control and identifiability - they can be recognized as an intangible asset. However, it is essential to measure reliably the rights to use the football players.

The thesis includes a research based on a survey (questionnaire) sent to thirty six portuguese clubs taking part in professional football leagues (1st and 2nd league), in order to understand what is the point of view of clubs concerning the recognition and measurement the rights to use the football players.

The outcome of the investigation, supplemented by information from the financial statements of some professional football clubs, it concluded that there is no homogeneous criterion for recognition and measurement the rights to use the players registered as free agents and players from the youth academy. The absence of a homogeneous criterion in accounting for rights to use the football players can put into question the true and fair view of the financial statements of professional football clubs.

**Keywords:** players' registration, players from the youth academy, intangible asset, recognition, measurement

## Índice de conteúdos

Nota biográfica.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract.....	vi
Índice de conteúdos.....	vii
Índice de gráficos .....	x
Índice de quadros .....	xi
Lista de siglas.....	xii
Introdução .....	1
PARTE 1 – Enquadramento teórico.....	5
1 - O Futebol: O início da sua história até à profissionalização .....	5
1.1 - A origem do Futebol.....	5
1.2 - O início do Futebol em Portugal .....	7
2 – Sociedades anónimas desportivas .....	10
2.1 – O início das sociedades desportivas.....	10
2.2 – O início das sociedades anónimas desportivas em Portugal .....	11
3 - Regime jurídico do contrato de trabalho desportivo em Portugal .....	13
3.1 – Contrato de trabalho do praticante desportivo.....	13
3.2 – Cessação do contrato de trabalho desportivo .....	13
3.3 – Contrato de formação desportiva .....	14
4 – Direitos desportivos dos jogadores de futebol .....	16
4.1 – Direitos desportivos (“federativos”) .....	16
4.2 – Direitos económicos.....	16
4.3 – Diferentes formas de adquirir os direitos desportivos dos jogadores .....	17
4.3.1 – Cedência temporária ou empréstimo .....	18
4.3.2 – Transferência definitiva entre clubes.....	19

4.3.3 – Aquisição com pagamento da cláusula de rescisão .....	19
4.3.4 – Aquisição de jogador em formação .....	20
4.3.5 - Aquisição de jogador “livre” .....	20
4.3.6 - Manutenção dos jogadores da formação interna .....	21
5 – Os ativos intangíveis.....	22
5.1 – Definição de ativo intangível.....	22
5.1.1 – Benefícios económicos futuros para a entidade .....	23
5.1.2 – Controlo por parte da entidade .....	24
5.1.3 – Identificabilidade .....	25
5.2 - Critério de reconhecimento inicial de um ativo intangível .....	26
5.3 – Ativos intangíveis gerados internamente .....	26
5.4 – Custos dos ativos intangíveis gerados internamente.....	28
5.5 - Mensuração após reconhecimento dos ativos intangíveis.....	29
5.6 – Vida útil de um ativo intangível .....	30
5.6.1 – Vida útil definida .....	31
5.6.2 - Vida útil indefinida.....	32
5.7 – Desreconhecimento de um ativo intangível.....	33
5.8 – Divulgação de um ativo intangível .....	33
6 – Direitos desportivos dos jogadores de futebol: ativo intangível .....	36
6.1 – Introdução .....	36
6.2 – Revisão da literatura.....	37
6.3 – Evolução histórica da IAS 38 .....	42
6.4 – Reconhecimento dos direitos desportivos dos jogadores de futebol .....	43
6.4.1 – Benefícios económicos futuros .....	44
6.4.2 – Recurso controlado .....	44
6.4.3 – Identificabilidade .....	46
6.5 – Mensuração dos direitos desportivos de um jogador da formação .....	47
6.5.1 – Contabilidade Analítica .....	48



6.5.2 – Regulamento para compensação pela formação .....	52
6.6 – Considerações finais.....	55
PARTE 2 – Aplicação empírica.....	56
7 – Reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores de futebol – Análise aos clubes da primeira e segunda ligas .....	56
7.1 – Metodologia de investigação .....	56
7.2 – Descrição da amostra .....	59
7.3 – Análise e interpretação dos resultados do inquérito.....	61
7.3.1 – Contabilização dos direitos desportivos de um jogador adquirido a terceiros .....	61
7.3.2 – Contabilização dos direitos desportivos de um jogador “livre” .....	65
7.3.3 – Contabilização de um jogador da formação interna com contrato de formação .....	67
7.3.4 – Celebração de contrato profissional: critério fundamental no reconhecimento dos direitos desportivos de um jogador como um ativo intangível .....	68
7.3.5 – Grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação de um jogador de futebol .....	70
7.3.6 – Tipos de instrumentos utilizados para cálculo dos custos de formação de um jogador de futebol .....	72
7.4 – Considerações finais do inquérito .....	73
8 - Conclusão .....	78
Referências.....	82

## **Índice de gráficos**

Gráfico 1 - Estrutura de rendimentos e ganhos totais consolidados 2013/2014 .....	36
---	----

## Índice de quadros

Quadro 1 - Tratamento contabilístico dos dispêndios com a formação de jogadores.....	50
Quadro 2 - Clubes da Primeira Liga.....	60
Quadro 3 - Clubes da Segunda Liga.....	60
Quadro 4 - Contabilização dos direitos desportivos de um jogador adquirido a terceiros .....	62
Quadro 5 - Contabilização dos direitos desportivos de um jogador de futebol "livre" ...	65
Quadro 6 - Contabilização de um jogador de futebol da formação interna.....	67
Quadro 7 - Celebração de contrato profissional: critério fundamental no reconhecimento dos direitos desportivos de um jogador como ativo um intangível.....	69
Quadro 8 – Grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação de um jogador de futebol .....	71
Quadro 9 - Tipos de instrumentos utilizados para cálculo dos custos de formação de um jogador de futebol.....	72

## Lista de siglas

ASB	<i>Accounting Standards Board</i>
CCT	Contrato Coletivo de Trabalho
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
FA	<i>Football Association</i>
FIFA	<i>Federation International Football Associations</i>
FPF	Federação Portuguesa de Futebol
FRS	<i>Financial Reporting Standard</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
I&D	Investigação e Desenvolvimento
LPFP	Liga Portuguesa de Futebol Profissional
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
RETJ	Regulamento sobre o Estatuto e Transferência dos Jogadores
RH	Recursos Humanos
SAD	Sociedade Anónima Desportiva
SDUQ	Sociedade Desportiva Unipessoal por Quotas
SJFP	Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol
UEFA	<i>Union of European Football Associations</i>
UPF	União Portuguesa de Futebol

## **Introdução**

A globalização dos mercados, caracterizada pela evolução das tecnologias e de uma intensa competitividade nos diversos setores de indústria, faz com que as empresas atualmente não se limitem apenas a fatores tradicionais, como o capital e o trabalho. O mercado atual exige que as empresas encontrem novas vantagens competitivas (Sampaio et al., 2004; Moura et al., 2014).

O futebol surgiu inicialmente como um desporto nobre e de entretenimento. No entanto, a partir do século XX, o futebol desenvolveu-se de tal forma que deixou de ser uma simples atividade de lazer e tornou-se efetivamente numa indústria que movimenta anualmente centenas de milhões de euros (Oprean e Opriser, 2014; Ribeiro e Nogueira, 2007).

O futebol transformou-se num fenómeno global e promoveu a convivência de diferentes culturas entre os diversos países apreciadores desta modalidade do desporto. A indústria do futebol tornou-se numa gigantesca máquina de movimentação de dinheiro, de certa forma indispensável para a manutenção e formação das equipas de futebol, cujo objetivo primordial é a disputa das competições oficiais da modalidade. Atualmente as principais competições de futebol profissional são os campeonatos nacionais de clubes, as competições internacionais de clubes e as competições das seleções nacionais, como a FIFA World Cup, UEFA European Championship, UEFA Champions League e a UEFA Europe League (Oprean e Opriser, 2014).

Atualmente, os clubes que participam nas duas principais competições de futebol profissional em Portugal, são sociedades anónimas desportivas e sociedades desportivas unipessoal por quotas<sup>12</sup>. Os principais clubes do futebol europeu, incluindo os clubes portugueses, obtêm a maioria da sua receita através das atividades relacionadas com a prática desportiva do futebol, nomeadamente, as receitas das transmissões televisivas, prémios pelas participações nas competições internacionais organizadas pela UEFA,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ligaportugal.pt/ooou/clube/20142015/primeiraliga>, acedido em 11 Abril 2015.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ligaportugal.pt/ooou/clube/20142015/segundaliga>, acedido em 11 Abril 2015.

patrocinadores, publicidade, receitas de bilheteira, entre outros (Kulikova e Goshunova, 2014).

As receitas geradas pelos clubes de futebol resultam da capacidade que os jogadores de futebol têm para atingir os objetivos definidos pela administração da sociedade desportiva. O sucesso desportivo da equipa de futebol profissional depende sempre dos resultados desportivos que influenciam positivamente a assistência do público nos espetáculos de futebol, atratividade de potenciais investidores, publicidade e todas as outras receitas que sustentam a atividade dos clubes de futebol (Kulikova e Goshunova, 2014).

Os clubes de futebol investem na contratação de jogadores com o objetivo de melhorar a qualidade futebolística do seu plantel, de modo a atingir os objetivos a que se propõem atingir todas as épocas desportivas, tanto a nível desportivo como a nível económico-financeiro. O investimento realizado pelos clubes na contratação de jogadores é muito elevado, comparáveis com os investimentos que se verificam em outros setores de indústria. De acordo com os dados disponibilizados pelas principais associações de futebol europeu (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Espanha), o volume das transferências dos direitos desportivos dos jogadores de futebol atingiram na época desportiva 2013/2014 um recorde de 2,4 biliões de euros (Kulikova e Goshunova, 2014).

Os jogadores de futebol são os principais ativos dos clubes e permitem às sociedades desportivas gerar *cash-flows* e obter benefícios económicos futuros. Por isso, é fundamental discutir a questão da capitalização dos direitos desportivos dos jogadores de futebol (Oprean e Opriser, 2014; Kulikova e Goshunova, 2014).

O reconhecimento e mensuração dos RH como um ativo intangível é uma particularidade das sociedades desportivas, com impacto na sua posição económico-financeira. A norma internacional de contabilidade (IAS 38) não disponibiliza um método concreto e preciso de como reconhecer e mensurar os direitos desportivos dos jogadores de futebol como um ativo intangível, porém, permite-o sobre determinadas condições (Oprean e Opriser, 2014).

Existem três formas possíveis de adquirir os direitos desportivos dos jogadores de futebol, a referir: aquisição por transferência definitiva, aquisição de jogadores “livres” e a manutenção dos jogadores da formação interna. A aquisição dos direitos desportivos dos jogadores por transferência definitiva é uma operação que envolve montantes concretos e precisos, de tal modo que é possível mensurar o valor dos direitos desportivos (valor do passe, custo das comissões de intermediação, entre outros custos) com exatidão. Os direitos desportivos dos jogadores “livres” adquiridos a custo “zero” e os jogadores oriundos da formação nem sempre são capitalizados porque existem dificuldades em valorizar fiavelmente os direitos desportivos dos jogadores (Oprean e Opriser, 2014).

A presente dissertação tem como principal objetivo abordar a questão do reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores da formação interna dos clubes. Os jogadores da formação interna são o resultado de um avultado investimento e questiona-se como é que os clubes de futebol profissional em Portugal reconhecem e mensuram os direitos desportivos dos jogadores da formação (Kulikova e Goshunova, 2014).

A parte I – Enquadramento teórico – está subdividido em seis capítulos relacionados com o tema da dissertação e todos os capítulos foram desenvolvidos com o suporte das referências bibliográficas citadas.

O primeiro capítulo – “O Futebol: O início da sua história até à profissionalização” – foi desenvolvido com o objetivo de apresentar sucintamente a evolução do futebol desde a sua origem até à sua profissionalização, inclusive a evolução do futebol em Portugal.

O segundo capítulo – “Sociedades anónimas desportivas” – foi elaborado com o objetivo de descrever os principais ordenamentos jurídicos europeus, de forma a entender a origem das SAD no futebol, inclusive a origem das SAD em Portugal.

O terceiro capítulo – “Regime jurídico do contrato de trabalho desportivo em Portugal” – foi elaborado com o objetivo de definir o contrato de trabalho do praticante desportivo, contrato de formação desportiva e apresentar as diversas formas de extinguir o contrato de trabalho e o contrato de formação dos praticantes desportivos.

O quarto capítulo – “Direitos desportivos de um jogador de futebol” – foi elaborado com o objetivo de definir os “Direitos desportivos” e os “Direitos económicos” e descrever as diferentes formas de adquirir os direitos desportivos dos jogadores de futebol.

O quinto capítulo – “Os ativos intangíveis” – foi desenvolvido com o objetivo de abordar vários pontos relacionados com os ativos intangíveis, nomeadamente, a definição de ativo intangível, descrição dos critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis, mensuração após o reconhecimento dos ativos intangíveis, vida útil dos ativos intangíveis, entre outros pontos.

O sexto capítulo – “Direitos desportivos dos jogadores de futebol: ativo intangível” – inclui inicialmente uma revisão da literatura sobre este tema, referenciado pelos estudos e investigações de diversos autores. O principal objetivo do capítulo é apresentar sucintamente os diferentes critérios de reconhecimento e métodos de mensuração dos direitos desportivos dos jogadores de futebol.

Na parte II – Aplicação empírica – desenvolveu-se um inquérito com seis questões direcionadas a trinta e seis clubes inscritos da primeira e segunda ligas profissionais de futebol em Portugal, referente à época desportiva 2014/2015. As questões foram elaboradas com o objetivo de entender como é que os clubes profissionais de futebol reconhecem e mensuram os direitos desportivos dos jogadores, principalmente os jogadores da formação interna. Os resultados do inquérito serão analisados e interpretados com a ajuda da informação prestada pelos relatórios e contas anuais/trimestrais publicados nos *websites* dos respetivos clubes (Porto SAD, Benfica SAD, Sporting SAD, Braga SAD, entre outros) e a consulta da base de dados “*Amadeus*”. A análise deve permitir compreender de que forma os clubes, na prática, reconhecem e mensuram os direitos desportivos dos jogadores da formação.



# PARTE 1 – Enquadramento teórico

## 1 - O Futebol: O início da sua história até à profissionalização

### 1.1 - A origem do Futebol

O “jogo da bola” já existe na nossa civilização há muitos séculos e teve origem nas civilizações Chinesa, Japonesa “*Kemari*”, Grega “*Epyskiros*” Romana “*Harpastum*”, Itália “*gioco di calcio*” e Normandia “*choûle*”. Os Aztecas e os Maias tinham nas suas gravuras em pedra, referências à prática do futebol, evidências que a prática deste jogo tem origem de um antepassado muito longínquo, muitos séculos antes do futebol moderno, desenvolvido pelos ingleses no Séc. XIX e atualmente considerado como o desporto mais popular do mundo (Castro, 2006; C. M. Cascais, 2004).

O futebol moderno, tal como é conhecido atualmente, desenvolveu-se consideravelmente em meados do século XIX. Inicialmente era uma modalidade destinada a elites, limitada por leis que proibiam a participação das pessoas da “classe operária”. No entanto, em pouco tempo o futebol tornou-se numa modalidade universal e acessível a todas as classes sociais. A Igreja e os Industriais reconheceram naquela época a importância social do futebol, apoiando a expansão da modalidade com a formação de equipas e na obtenção de “*sponsors*” para as competições (Raab, 2014).

Em 26 de outubro de 1863, foi fundada “*The Football Association*” como a entidade máxima do futebol inglês. A fundação da FA permitiu o progresso do futebol de tal modo que em apenas oito anos da sua existência já contava com a participação de 50 clubes. O aumento exponencial dos adeptos de futebol, o aumento da competitividade entre as equipas e os pagamentos de salários aos jogadores para se fixarem nas respetivas equipas, adivinha-se num futuro próximo a discussão do profissionalismo no futebol. Em 1885, a FA decidiu efetivamente optar pela legalização do profissionalismo no futebol (FIFA, 2014).

Na Grã-Bretanha outros países enveredaram pelo mesmo caminho da Inglaterra. Em 1873 a Escócia fundou a “*Scottish FA*”, o país de Gales criou em 1875 a “*FA of Wales*” e na Irlanda em 1880 surgiu a “*Irish FA*” (FIFA, 2014).

A popularidade do futebol na Grã-Bretanha contribuiu naturalmente para a formação de outras associações de futebol em vários países, nomeadamente Holanda (1889), Dinamarca (1889), Nova Zelândia (1891), Argentina (1893), Chile (1895), Suíça e Bélgica (1895), Itália (1898), Alemanha e Uruguai (1900), Hungria (1901) e na Finlândia (1907) (FIFA, 2014).

Em maio de 1904, em Paris, sete membros fundadores “França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça” criaram a *Federation International Football Association* (FIFA). A associação foi criada com a missão de contribuir para o desenvolvimento do futebol e organizar as competições oficiais de futebol. Atualmente a FIFA é composta por 208 federações nacionais (FIFA, 2014).

No início da década de 50, um número significativo de competições contribuíram para o aumento da popularidade do futebol europeu. A Taça dos Clubes Campeões Europeus foi fulcral neste processo de popularidade do futebol. Esta competição foi sugerida pelo jornalista francês Gabriel Hanot em 15 de dezembro de 1955 e nove meses depois foi inaugurada com a partida disputada entre o Sporting Clube de Portugal e o Partizan Belgrado (Vonnard, 2014).

Apesar das diferenças existentes entre os diversos países europeus, havia já naquela época uma tendência generalizada para reconhecer a prática do futebol como uma atividade profissional. O profissionalismo no futebol naquela época já não era uma novidade absoluta em vários países europeus e era possível identificar vários jogadores com estatuto semiprofissional. Com exceção dos jogadores de futebol do campeonato italiano e os melhores jogadores dos campeonatos inglês, escocês, austriaco, húngaro e checoslovaco, os jogadores de futebol não viviam apenas do vencimento proporcionado pelo futebol e mantinham um emprego “extra futebol” (Vonnard, 2014).

O profissionalismo no futebol começou a desenvolver-se essencialmente entre o período de 1940 e 1970. As autoridades holandesas inicialmente não eram defensoras do

profissionalismo. No entanto, a partir do ano de 1955 mudaram o seu ponto de vista nesta matéria e começaram a aceitar o profissionalismo no futebol. A Federação Suíça de Futebol proibiu no início dos anos 40 o profissionalismo dos jogadores de futebol mas no final da década de 50 foi possível liberalizar a prática futebolística profissional. Na Alemanha, os melhores jogadores de futebol já auferiam salários elevados naquela época e a *Bundesliga* surgiu em 1963 como um campeonato profissional de futebol (Vonnard, 2014).

Na Europa de Leste não era permitido a prática do futebol profissional, mas na realidade os jogadores de elite dispunham de condições financeiras e privilégios semelhantes aos seus homólogos da Europa Ocidental. Durante este período, apenas os países Nórdicos defendiam um ponto de vista mais conservador relativamente à profissionalização do futebol. Segundo Matthew Taylor, o futebol tornou-se efetivamente num “*good work*” (Vonnard, 2014).

## **1.2 - O início do Futebol em Portugal**

Em meados do século XIX disputou-se o primeiro jogo “oficial” de futebol em Portugal, no entanto, não é possível afirmar qual terá sido a data exata do primeiro jogo. A prática do futebol em Portugal terá dado os seus primeiros passos no final do século XIX, por influência dos ingleses em Portugal e pelos portugueses emigrantes em Inglaterra. A comunicação social naquela época não era naturalmente tão desenvolvida tecnologicamente como é nos dias de hoje, mas com base nos registos noticiosos mais antigos, tudo indica que os primeiros jogos de futebol tenham surgido na ilha da Madeira em meados da década de 70, na região de Lisboa na década de 80 e nas regiões de Porto e Aveiro na década de 90 (Nunes e Valério, 1996).

Em Portugal, em 31 de março de 1914, com as três associações regionais existentes naquela época (Lisboa, Portalegre e Porto) fundou-se a União Portuguesa de Futebol presidida pelo Sá Oliveira (1914-1922). Em 26 de agosto de 1914, a União Portuguesa de Futebol apresentou a sua candidatura para se filiar na FIFA, um trâmite essencial para ser possível à UPF organizar e apresentar oficialmente a sua própria seleção nacional (FPF, 2014).

Em 18 de dezembro de 1921, a seleção portuguesa de futebol disputou o seu primeiro jogo com a vizinha Espanha. Em 1922 a UPF organizou o primeiro campeonato de futebol de clubes a nível nacional (campeonato de Portugal) e o FC Porto foi o vencedor após uma finalíssima disputada com o Sporting, a 18 de junho de 1922. Esta prova era realizada no final de cada época, por eliminatórias, constituídas pelas equipas vencedoras dos campeonatos regionais (FPF, 2014).

O campeonato de Portugal sofreu alterações regulamentares na época 1926-1927. A prova continuou a disputar-se no mesmo formato (eliminatórias) ao longo da época, todavia, passou a ser permitida a inscrição de todos os clubes do Continente, Madeira e Açores, deixando assim de se articular com os campeonatos regionais (Nunes e Valério, 1996).

A candidatura apresentada à FIFA pela UPF, foi aceite no XII Congresso organizado em Genebra em maio de 1923, nove anos depois de apresentada a candidatura, foi aceite como mais um membro efetivo do organismo FIFA. Em 28 de maio de 1926 a União Portuguesa de Futebol mudou a sua designação, para dar lugar à Federação Portuguesa de Futebol presidida a partir do ano de 1927 pelo Major João Luís de Moura (FPF, 2014).

A partir da época de 1934-1935 iniciou-se uma nova competição de clubes, o Campeonato da 1ª Liga e de 2ª Liga. A designação de 1ª Liga e 2ª Liga veio a ser alterada para 1ª e 2ª divisão na época de 1938-1939, na mesma época que iniciou a competição designada por Taça de Portugal. As competições oficiais naquele tempo resumiam-se ao Campeonato de Portugal (disputada de 1921 a 1938), Campeonato da Liga (disputada de 1934 a 1938), Campeonato Nacional (disputada desde 1939) e a Taça de Portugal (disputada desde 1939). Em 1939 iniciam-se as duas principais competições nacionais que até hoje perduram (C. M. Cascais, 2004).

Ao longo da década de 50, principalmente após a segunda guerra mundial, por influência da subida do nível de vida dos portugueses, surgiram os primeiros sinais de consolidação da profissionalização do futebol em Portugal. O fenómeno das transferências de jogadores nacionais e estrangeiros nas principais equipas tornou-se uma realidade de prática corrente, causando também conflitos jurídicos entre clubes na

discussão dos direitos de inscrição dos jogadores. A profissionalização do futebol em Portugal, incidiu essencialmente nos escalões seniores das equipas principais, contudo, a profissionalização também se estendeu para os escalões inferiores (Nunes e Valério, 1996).

O futebol é o desporto mais popular do mundo e transformou-se ao longo dos últimos anos numa atividade económica de relevo, com capacidade para mobilizar grandes quantidades de capital e de gerar muitos postos de trabalho. O crescimento verificado no futebol profissional nas últimas décadas, atualmente designada como a indústria do futebol, caracteriza-se como uma indústria muito específica e distinta das outras atividades económicas (Auletta, 2014).

## **2 – Sociedades anónimas desportivas**

### **2.1 – O início das sociedades desportivas**

Na análise aos principais ordenamentos jurídicos europeus verifica-se que só um grupo mais restrito de países europeus - Itália, França e Espanha - possuía uma legislação para as sociedades desportivas (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

A Itália terá sido o primeiro país a legislar este tipo de sociedades. Em Itália, por força da Lei nº 91, de 23 de março de 1981, era obrigatório constituir sociedades comerciais no desporto profissional. Este tipo de sociedades comerciais, segundo a Lei nº 91/1981, não eram constituídas com a finalidade de prosseguir o lucro, por isso, os proveitos resultantes da atividade deveriam ser totalmente reinvestidos nas atividades do clube (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

Em França, numa primeira fase, por força da Lei nº 84-610, de 16 de julho de 1984, era obrigatório constituir uma sociedade desportiva sempre que as associações, com caráter de habitualidade, participassem em competições desportivas e auferissem receitas superiores a um determinado montante estipulado por lei. O mesmo critério era fixado por lei relativamente às remunerações pagas aos atletas (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

Em Espanha, por força da Lei 10-1190, de 15 de outubro, era obrigatório constituir uma sociedade anónima desportiva nas equipas que participavam em competições desportivas de caráter profissional, com exceção para os clubes participantes nas competições profissionais de futebol que obtiveram saldo patrimonial líquidos positivo nas épocas de 1985 e de 1986 (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

Na Grã-Bretanha não existia qualquer imposição na lei que obrigava a constituição de sociedades desportivas, contudo, os ingleses foram os pioneiros neste tipo de sociedades. Em 1983, Tottenham Hotspur foi primeiro clube inglês a constituir-se como uma sociedade aberta e com as suas ações cotadas em bolsa (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

Na Alemanha, à semelhança do que aconteceu na Grã-Bretanha, também não existia qualquer legislação específica para as sociedades desportivas. Porém, a partir de 1999 a liga de futebol alemã (Bundesliga) reconheceu a necessidade de transformar o futebol num negócio, permitindo a constituição de três tipos de sociedades para os clubes de futebol - sociedades por quotas, sociedades em comandita por ações e as sociedades anónimas (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

## **2.2 – O início das sociedades anónimas desportivas em Portugal**

No final do século XX começaram a surgir as primeiras sociedades anónimas desportivas regulamentadas em Portugal, ao abrigo do Decreto-Lei nº 146/95, de 21 de junho. A proibição da distribuição de lucros aos acionistas era uma das especificidades que diferenciavam dos restantes tipos de sociedades e, por esse motivo, numa primeira fase, não obtiveram a adesão pretendida. Os agentes desportivos entendiam que não existia qualquer vantagem em constituir sociedades anónimas desportivas nos moldes que vigoravam inicialmente (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

O Decreto-Lei nº 146/95, de 21 de junho foi entretanto substituída pelo Decreto-Lei nº 67/97, de 3 de abril e alterada posteriormente em três ocasiões. Foi inicialmente alterada pela Lei nº 107/97, de 16 de setembro, de seguida pelo Decreto-Lei nº 303/99, de 6 de agosto e por fim pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março. Ao abrigo da nova lei de 1997, resultou uma forte adesão a este novo tipo de sociedades, constituindo-se cerca de trinta sociedades anónimas desportivas, um quinto das quais como sociedades abertas (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

As sociedades desportivas passaram a ser regulamentadas, subsidiariamente, pelas regras gerais impostas às sociedades anónimas, salvaguardando-se apenas algumas especificidades inerentes à atividade desportiva, como o “capital social mínimo e à sua forma de realização (...) sistema especial de fidelização da sociedade ao clube desportivo fundador (...) estabelecimento de regras especiais para a transmissão do património do clube fundador para a sociedade desportiva” (Decreto-Lei nº 67/97, de 03 de abril).

A participação em competições profissionais de futebol não obrigava os clubes a constituir uma sociedade desportiva, no entanto, independentemente do regime jurídico, os clubes ficariam de qualquer das formas sempre sujeitos a um regime em que a transparência e o rigor deveriam de estar sempre salvaguardadas. Para garantir essa transparência e rigor, o diploma legal existente atribuía “responsabilização pessoal dos executivos dos clubes por certos atos de gestão efetuados, a exigência de transparência contabilística, através da certificação das contas por um revisor oficial; a adoção obrigatória do plano oficial de contabilidade; e a prestação de garantias bancárias ou seguros de caução que respondam pelos atos praticados em prejuízo daqueles clubes” (Decreto-Lei nº 67/97, de 03 de abril).

As sociedades desportivas que optaram manter-se como sociedade desportiva com estatuto de pessoa coletiva sem fins lucrativos, na participação das “competições desportivas profissionais ficaram sujeitos a um regime especial de gestão, consistente essencialmente num conjunto de regras mínimas que pretendiam assegurar a indispensável transparência e rigor na respetiva gestão” (Decreto-Lei nº 10/2013 de 25 de janeiro).



### **3 - Regime jurídico do contrato de trabalho desportivo em Portugal**

#### **3.1 – Contrato de trabalho do praticante desportivo**

Como foi referido no capítulo 1, o futebol ao longo da sua história desenvolveu-se em várias vertentes, principalmente na forma como o futebol está atualmente organizado e como se tornou num modelo de negócio que movimenta centenas de milhões de euros em todas as épocas desportivas. A profissionalização do futebol deu os primeiros passos em Inglaterra no séc. XIX, influenciando desde então vários países em todo o mundo, incluindo Portugal.

A atividade no futebol profissional implica a existência de um contrato de trabalho entre o jogador de futebol e a entidade empregadora (vulgo, clube). A prática desportiva de futebol profissional, pela sua especificidade, goza de um estatuto especial que os beneficia legalmente, tanto em regime de impostos como em regime de segurança social. O sistema desportivo português exige um diploma específico que dê uma resposta própria para este tipo de contratos, com especificidades muito próprias e distintas do regime geral do contrato de trabalho (Meirim, 1995).

O contrato de trabalho desportivo, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 28/98 de 26 de junho, é o contrato “pelo qual o praticante desportivo se obriga, mediante retribuição, a prestar atividade desportiva a uma pessoa singular ou coletiva que promova ou participe em atividades desportivas, sob a autoridade e a direção desta”.

O contrato de trabalho desportivo celebrado entre o clube e o jogador de futebol, salvo exceções no artigo 8.º da Lei n.º 28/98 de 26 de junho, não pode ter uma validade inferior a uma época, nem superior a oito épocas desportivas. A celebração de um contrato de trabalho entre o clube e o jogador de futebol só é possível caso o praticante haja já completado 16 anos de idade (Meirim, 1995).

#### **3.2 – Cessação do contrato de trabalho desportivo**

Um clube de futebol, a partir do momento em que formaliza um contrato desportivo de trabalho com um jogador de futebol, fica com o “controlo” dos direitos desportivos do

jogador durante a vigência do contrato, permitindo ao clube inscrever o jogador junto da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e da Federação Portuguesa de Futebol (Liga Portugal, 2009).

A duração do contrato desportivo não tem que ser cumprido na íntegra, conforme foi estipulado inicialmente no contrato de trabalho. De acordo com o artigo 39.º do CCT (Liga Portugal, 2009), o contrato pode ser extinto das seguintes formas:

- ❖ Caducidade;
- ❖ Revogação, por acordo das partes;
- ❖ Despedimento com justa causa promovido pela entidade empregadora desportiva;
- ❖ Resolução por iniciativa do jogador sem justa causa quando contratualmente convencionada
- ❖ Rescisão com justa causa por iniciativa do praticante desportivo;
- ❖ Rescisão por qualquer das partes durante o período experimental;
- ❖ Despedimento coletivo;
- ❖ Abandono do trabalho.

### **3.3 – Contrato de formação desportiva**

A formação desportiva tem como finalidade desenvolver o conhecimento e as capacidades técnicas dos atletas no desempenho de uma modalidade desportiva. A formação de um atleta num clube é, por regra, formalizado através de um contrato de formação, ficando a cargo da entidade formadora a responsabilidade de disponibilizar ao formando meios técnicos e humanos indispensáveis para uma formação de qualidade (Meirim, 1995).

O contrato de formação desportiva, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 28/98 de 26 de junho, é o “contrato celebrado entre uma entidade formadora e um formando, nos termos do qual aquela se obriga a prestar a este a formação adequada ao desenvolvimento da sua capacidade técnica e à aquisição de conhecimentos necessários à prática de uma modalidade desportiva, ficando o formando obrigado a executar as tarefas inerentes a essa formação”.

A formalização de um contrato de formação desportiva, de acordo com o artigo 38.º da Lei n.º 28/98 de 26 de junho, só é possível se o formando cumprir a escolaridade obrigatória, com idade compreendida entre os 14 e 18 anos, sob pena de se considerar nulo o contrato.

Um contrato de formação para se considerar válido deve incluir alguns requisitos, tais como: a identificação dos contraentes, a data de nascimento do formando, atividade que é objeto de formação, duração e horário da formação, local em que é ministrada a formação e caso exista, uma referência ao montante a receber e de que forma o recebe (Meirim, 1995).

Um clube, de acordo com Contrato Coletivo de Trabalho celebrado entre a LPFP e o SJFP, só pode formalizar um contrato de formação com um atleta se o clube possuir um certificado emitido pela Federação Portuguesa de Futebol ou Liga Portuguesa de Futebol Profissional que comprove a condição de clube formador (Liga Portugal, 2009).

Um contrato de formação desportiva deve ter uma duração que varia entre um a quatro épocas desportivas, podendo ser prorrogado de acordo ao que está estipulado no artigo 6.º do CCT. O contrato de formação, de acordo com o artigo 18.º do CCT, pode ser cessado pelas seguintes formas (Liga Portugal, 2009):

- ❖ Por mútuo acordo;
- ❖ Caducidade;
- ❖ Por rescisão.

## **4 – Direitos desportivos dos jogadores de futebol**

### **4.1 – Direitos desportivos (“federativos”)**

Os direitos desportivos e os direitos económicos dos jogadores são dois conceitos que estão relacionados entre si mas que são distintos. Os direitos desportivos “são os direitos que emergem na esfera de um Clube/Sociedade Anónima Desportiva (SAD) em resultado da celebração de um contrato de trabalho desportivo com um jogador e que permite a esse Clube/SAD inscrevê-lo numa federação desportiva ou numa liga profissional, para o poder utilizar nas competições em que participa” (Circular nº 18/2011, de 19 de maio).

A inscrição dos jogadores nas respetivas federações é fundamental para evitar que os jogadores compitam em várias equipas simultaneamente, colocando em causa a verdade desportiva. Deste modo, cada jogador só poderá estar inscrito pelo clube detentor dos seus direitos desportivos (Alonso, 2004).

### **4.2 – Direitos económicos**

Os direitos económicos “dá o direito à compensação exigida por um Clube/SAD que detém um contrato de trabalho desportivo com um jogador, para que prescinda desse jogador em favor de outro Clube/SAD, permitindo assim a sua transferência para essa outra entidade desportiva com a qual vai ser celebrado um novo contrato de trabalho desportivo” (Circular nº 18/2011, de 19 de maio).

É comum nos dias de hoje, os clubes negociarem a totalidade ou parcialmente os direitos económicos dos jogadores com uma terceira entidade, em troca de uma contra prestação acordada pelas partes intervenientes do negócio. A cedência dos direitos económicos a uma terceira entidade não significa obrigatoriamente a transferência dos direitos desportivos (“federativos”) dos jogadores. A venda parcial ou total dos direitos económicos dos jogadores de futebol poderá realizar-se pelo interesse das partes em partilhar os riscos ou benefícios de uma futura venda (Circular nº 18/2011, de 19 de maio).

O Relatório e Contas 2013/2014 da Porto SAD refere que “nas situações em que a percentagem do “passe” detida é inferior a 100 % significa que apesar da sociedade deter integralmente o direito de inscrição desportiva, celebrou com entidade terceira um contrato de associação de interesses económicos que consubstancia uma parceria de investimento, resultando na partilha proporcional dos resultados inerentes às transações daqueles direitos” (Porto SAD, 2014, pp. 37-38).

#### **4.3 – Diferentes formas de adquirir os direitos desportivos dos jogadores**

O desporto profissional de futebol é um setor de negócio com características muito específicas e muito dependente dos seus ativos intangíveis para obter receitas. Os direitos desportivos dos jogadores de futebol, direitos de imagem e os direitos de transmissão dos jogos, são apenas alguns exemplos de ativos intangíveis existentes neste tipo de setor de negócio (Hernández, 2006).

Os jogadores de futebol são a principal fonte de receita para os clubes, porém, os direitos desportivos dos jogadores nem sempre estão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras (Hernández, 2006).

Os clubes podem adquirir os direitos desportivos dos jogadores de futebol pelas seguintes formas:

- ❖ Cedência temporária ou empréstimo;
- ❖ Transferência definitiva entre clubes;
- ❖ Aquisição com pagamento da cláusula de rescisão;
- ❖ Aquisição de jogador em formação;
- ❖ Aquisição de jogador livre;
- ❖ Manutenção dos jogadores da formação interna (Hernández, 2006).

As transferências internacionais dos direitos desportivos dos jogadores de futebol são regulamentadas pela FIFA, por intermédio do Regulamento sobre o Estatuto e Transferência dos Jogadores (RETJ). As transferências dos direitos desportivos realizadas internamente são regulamentadas pelas associações federativas nacionais, contudo com algumas limitações impostas pela FIFA (Auletta, 2014).

#### **4.3.1 – Cedência temporária ou empréstimo**

De acordo com o artigo 19º da Lei nº 28/98, de 26 de junho, “na vigência do contrato de trabalho desportiva é permitida, havendo acordo entre as partes, a cedência do praticante desportivo a outra entidade empregadora desportiva”.

A cedência temporária de um jogador realiza-se quando há interesse das três partes intervenientes no processo de empréstimo:

- ❖ o jogador;
- ❖ o clube cessionário;
- ❖ o clube cedente.

O jogador de futebol é uma das partes intervenientes no processo de empréstimo e depende do seu consentimento para a concretização de uma cedência temporária (vulgo, empréstimo). É com regularidade que se assiste a empréstimos dos jogadores durante o mercado das transferências porque é de facto umas das formas possíveis de relançar a carreira profissional de um jogador de futebol num outro clube que lhe conceda melhores condições desportivas e/ou financeiras (Circular nº 16/2011, de 19 de maio).

O clube cessionário é o clube que recebe o jogador de futebol emprestado. O empréstimo é uma das formas possíveis de obter os serviços de jogadores de futebol sem recorrer a gastos avultados, uma vez que a aquisição em definitivo dos direitos desportivos dos jogadores poderá ser uma opção bastante onerosa (Circular nº 16/2011, de 19 de maio).

O clube cedente é o clube que empresta o jogador ao clube cessionário, com o objetivo de potenciar ou valorizar o jogador num outro clube de futebol interessado nos serviços do jogador, ao mesmo tempo que liberta recursos excedentários e possibilita a redução de custos com pessoal (Circular nº 16/2011, de 19 de maio).

A cedência temporária do jogador pode ser acordada pelas partes da seguinte forma:

- ❖ a título gratuito;
- ❖ a título oneroso.

A cedência temporária a título gratuito significa que o clube que recebe o jogador a título de empréstimo não tem a responsabilidade de pagar as remunerações ao jogador e qualquer tipo de contra prestação ao clube cedente. Na cedência temporária a título oneroso, o clube que recebe o jogador por empréstimo tem para si a responsabilidade de pagar total ou parcialmente as remunerações do jogador ou qualquer tipo de contra prestação ao clube cedente (Circular nº 16/2011, de 19 de maio).

#### **4.3.2 – Transferência definitiva entre clubes**

A transferência definitiva dos direitos desportivos de um jogador de futebol consiste na transferência do jogador para um outro clube, com o acordo de todas as partes intervenientes no negócio, incluindo o consentimento do jogador de futebol que se pretende transferir. A transferência é acordada entre o clube vendedor e o clube comprador, mediante o pagamento de um determinado valor monetário designado por preço de transferência, a ser pago pelo clube comprador. A transferência é efetiva a partir do momento em que o jogador celebra um contrato profissional com o novo clube, deixando assim de vigorar o anterior contrato profissional (Hernández, 2006; Ribeiro e Nogueira, 2007).

As transferências definitivas dos jogadores de futebol de acordo com o artigo 21.º “é regulada pelos regulamentos da respetiva federação dotada de utilidade pública desportiva, sem prejuízo do disposto no artigo 18.º” (Lei nº 28/98, de 26 de junho).

#### **4.3.3 – Aquisição com pagamento da cláusula de rescisão**

Os contratos desportivos profissionais podem incluir uma cláusula contratual que fixam um determinado preço de transferência, com o objetivo de salvaguardar durante a vigência do contrato, a aquisição hostil por terceiros dos direitos desportivos dos jogadores por um preço de transferência inferior à estipulada na cláusula de rescisão (Hernández, 2006).

Os clubes detentores de contratos profissionais com cláusula de rescisão são livres de aceitar a transferência dos direitos desportivos abaixo do valor da cláusula. No entanto, é comum identificar no mercado das transferências a venda dos direitos desportivos

pelo valor da cláusula, obrigando neste caso um maior esforço financeiro do clube que pretende adquirir os direitos desportivos de um jogador (Hernández, 2006).

#### **4.3.4 – Aquisição de jogador em formação**

A aquisição dos direitos desportivos de um jogador em formação é uma forma de contratar jogadores de futebol por um valor mais económico. A aquisição de jogadores de futebol ainda em formação desportiva implica sempre um maior risco porque existe a incerteza quanto à capacidade do jogador em se afirmar numa equipa principal e gerar benefícios económicos futuros para o clube (Hernández, 2006).

A aquisição de um jogador em formação ocorre quando se transfere um jogador até aos 23 anos de idade, mediante o pagamento de uma indemnização ao clube formador pela formação prestada. O jogador celebra um contrato com o clube que paga a referida indemnização (Ribeiro e Nogueira, 2007).

De acordo com o artigo 38.º da Lei n.º 28/98, de 26 de junho “a celebração, pelo praticante desportivo, do primeiro contrato como profissional com entidade empregadora distinta da entidade formadora confere a esta o direito de receber uma compensação por formação”.

A compensação pela formação, de acordo com o artigo 18.º da Lei n.º 28/98 de 26 de junho, “pode ser estabelecida por convenção coletiva a obrigação de pagamento de uma justa indemnização, a título de promoção ou valorização do praticante desportivo, à anterior entidade empregadora por parte da entidade empregadora desportiva que com esse praticante desportivo celebre, após a cessação do anterior, um contrato de trabalho desportivo”.

#### **4.3.5 - Aquisição de jogador “livre”**

A aquisição de um jogador “livre” entende-se como a aquisição dos direitos desportivos de um jogador de futebol sem um contrato desportivo profissional a vigorar ou a seis meses de expirar. O clube contratante não tem que pagar um preço de transferência, contudo, o clube que pretende contratar o jogador “livre” precisa de alcançar



obrigatoriamente um acordo com o jogador sobre as condições a incluir no contrato desportivo profissional (Hernández, 2006; Cruz, 2012).

A contratação de um jogador “livre” poderá ser uma opção económica, uma vez que os clubes não necessitam de pagar qualquer preço de transferência. No entanto, a contratação de jogadores nestas condições nem sempre são uma grande oportunidade de negócio para os clubes porque o jogador “livre” exige normalmente um salário mais elevado, prémio de assinatura e porventura uma percentagem dos direitos económicos (Pavlovic et al., 2014; Alonso, 2004).

#### **4.3.6 - Manutenção dos jogadores da formação interna**

Os clubes normalmente têm uma estrutura de formação interna com capacidade para desenvolver as aptidões técnicas dos jogadores jovens nos mais diversos escalões da formação. O principal objetivo da formação é formar os jogadores jovens para os integrar no futuro plantel da equipa principal.

O aproveitamento dos jogadores da formação é uma forma de obter proveito ou retorno dos avultados investimentos aplicados na formação e com a vantagem de obter jogadores na equipa que são conhecedores do projeto e da cultura do clube formador (Hernández, 2006).

## **5 – Os ativos intangíveis**

### **5.1 – Definição de ativo intangível**

No atual contexto económico, o conhecimento e os ativos intangíveis são fatores de grande importância nas organizações. “Criar, desenvolver, gerir e medir o conhecimento e o talento das organizações é uma das questões cruciais da atualidade” (Pires, 2002, p. 38).

Sampaio et al. (2004, p. 48) faz referência a um estudo elaborado por Kendrick para especificar quais são os fatores decisivos no crescimento da economia americana. Concluiu-se neste estudo que os ativos intangíveis têm uma influência decisiva no crescimento desde o século passado. “Em 1929 o peso dos intangíveis e tangíveis na estrutura de capital era, respetivamente, de 30 e 70 por cento, invertendo-se estas posições em 1990, em que se passou para 63 por cento para os intangíveis e 37 por cento para os ativos tangíveis. Deste modo, no período compreendido entre 1929 e 1990, existiu um incremento para o dobro do ratio entre os recursos intangíveis e os tangíveis”.

Os ativos tangíveis - os edifícios, instalações, maquinaria - deixaram de ser os ativos com maior valor nas empresas, em detrimento dos ativos intangíveis que são atualmente os ativos mais valiosos das organizações e que “têm a sua origem no conhecimento” (Serapicos, 2002, p. 46).

Serapicos (2002, p. 47) caracteriza o ativo intangível como um recurso “pouco transparente” e de difícil imitação. O ativo intangível, por se tratar de um ativo sem substância física, pode ser utilizado simultaneamente em várias partes da empresa, sem implicar gastos adicionais. É um tipo de recurso que gera “importantes externalidades e sinergias” e por serem “valiosos, escassos, pouco imitáveis por terceiros e dificilmente transmissíveis em mercado” são definitivamente uma verdadeira fonte de vantagem competitiva das organizações.

Rodrigues (2003, p. 41) define o ativo intangível como um recurso sem forma física, não palpável, invisível e com capacidade para “proporcionar um benefício económico

ao seu proprietário, seja sob a forma de acréscimo de rendimento ou de redução de custos” e “acrescentar valor a outros ativos aos quais está associado”.

Stefano et al. (2014, p. 24) entendem que o ativo intangível é um recurso que “não possui conteúdo físico ou financeiro” e é “a base para a capacidade de inovação de uma organização e por isso a fonte primordial dos benefícios económicos futuros”.

Stefano et al. (2014, p. 33) definem o ativo intangível de uma organização como “tudo aquilo que não se pode tocar, por não possuir estrutura (...) tem como umas das principais características estratégicas, a singularidade, o que os torna únicos, difíceis de adquirir, de desenvolver e até mesmo de copiar, e também, alguns podem ser até protegidos legalmente”.

Cañibano (2012) entende que um recurso só é considerado um ativo se cumprir os critérios que estão definidos na IAS 38. O recurso deve ser controlado, com a perspectiva de obter benefícios económicos futuros, deve ser identificável e separável dos restantes ativos da empresa, de forma a ser possível vender, ceder ou arrendar.

De acordo com a IAS 38 (IASB, 2004, §4), o ativo intangível “é o ativo não monetário identificável e sem substância física”. Uma organização para reconhecer um ativo como intangível é indispensável que o ativo se enquadre com as seguintes características (IASB, 2004; Gomes et al., 2005; Vale, 2006):

- ❖ Benefícios económicos futuros para a entidade;
- ❖ Controlo por parte da entidade; e
- ❖ Identificabilidade.

#### **5.1.1 – Benefícios económicos futuros para a entidade**

Gomes et al. (2005, p. 22) entendem que um ativo intangível “deve originar benefícios económicos que, por sua vez, deverão ser atribuídos à empresa e exclusivamente a ela, dado que existe um direito específico sobre o mesmo. Os benefícios económicos futuros incluem receitas provenientes de bens ou serviços, poupanças de custos, bem como outros benefícios derivados da utilização do ativo por parte da empresa”.

Os ativos intangíveis são uma fonte de criação de riqueza, imprescindíveis para a sobrevivência e competitividade das empresas. São ativos com características muito particulares e distintas dos ativos tangíveis, “devido à sua natureza não física e a sua difícil mensuração”. As marcas próprias, patentes e a carteira de clientes são o exemplo de ativos com características muito particulares e que geram alguma polémica quando se pretende contabilizar ativos desta natureza. São ativos com um grau de incerteza muito elevado “em relação à obtenção de benefícios económicos futuros que os mesmos podem proporcionar” (Domingos et al., 2009, p. 33).

O elevado grau de incerteza face aos benefícios económicos futuros que os ativos intangíveis podem proporcionar origina em muitas situações o “seu reconhecimento imediato como custo. Qualquer incerteza relativa à capacidade de os intangíveis proporcionarem benefícios no futuro é resolvida mediante a imputação imediata do seu custo aos resultados do exercício, de acordo com o princípio contabilístico da prudência” (Costa e Leitão, 2002, p. 30).

### **5.1.2 – Controlo por parte da entidade**

De acordo com a IAS 38 (IASB, 2004), existe controlo de um ativo quando uma entidade empresarial obtém benefícios económicos futuros provenientes do ativo e tem o poder de restringir terceiros o acesso a esses mesmos benefícios.

O controlo de um ativo não significa que deva existir exclusividade de posse ou de propriedade de um determinado ativo, mas fundamentalmente o direito de o utilizar ou de o controlar (Gomes et al., 2005).

A existência de direitos legais é uma condição relevante mas não é fundamental. O controlo existe desde que haja a capacidade da empresa controlar os benefícios económicos futuros de uma outra forma (Gomes et al., 2005).

Gomes et al. (2005, pp. 21-22) argumentam que o “conhecimento técnico, a gestão específica, uma quota de mercado ou uma carteira de clientes são exemplos de ativos que, à luz do IASB, não podem ser classificados como intangíveis, dado que verificam um controlo incipiente sobre os benefícios económicos futuros, porque não possuem

direitos legais ou contratuais associados aos mesmos. Prova-se, então que, na ausência de direitos legais é difícil de cumprir o requisito do controle e, conseqüentemente, a definição de ativo intangível”.

### **5.1.3 – Identificabilidade**

A IAS 38 (IASB, 2004, §9) refere que um recurso para ser considerado um ativo intangível é fundamental que seja identificável, isto é, deve ser possível o ativo “ser separado ou dividido da entidade” de forma a empresa poder arrendar, vender ou trocar (IASB, 2004, §9; Gomes et al., 2005).

Nascimento et al. (2012, p. 41) refere que um ativo está em conformidade com os critérios da identificabilidade quando:

- ❖ “For separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade;
- ❖ Resultar de direito contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações”.

Gomes et al. (2005, p. 21) entendem que a separabilidade não é um critério fundamental para a identificabilidade de um ativo desde que seja possível o identificar de outra forma. Por exemplo:

- ❖ “Quando a empresa adquire um ativo intangível com um grupo de ativos e a transação envolve a transferência de direitos legais, o que permite à mesma identificar o ativo intangível;
- ❖ Quando a empresa leva a cabo um projeto interno que visa criar direitos legais e a natureza destes direitos permite identificar o ativo intangível gerado”.

## **5.2 - Critério de reconhecimento inicial de um ativo intangível**

O reconhecimento de um ativo intangível, independentemente de ser adquirido externamente ou gerado internamente, só é possível se cumprir os seguintes requisitos (IASB, 2004; Costa e Leitão, 2002; Deloitte, 2014):

- ❖ provável que os benefícios económicos futuros esperados que são atribuíveis ao ativo fluirão para a entidade; e
- ❖ o custo do ativo puder ser mensurado com fiabilidade.

Uma empresa reconhece um recurso como um ativo intangível quando este se enquadra com a definição e os critérios de reconhecimento que estão estabelecidos na IAS 38 (Cañibano e Clemente, 2006).

Os critérios de reconhecimento segundo a opinião de Cañibano (2012, p. 47) são “o principal obstáculo para o reconhecimento da maior parte dos ativos intangíveis das empresas, nomeadamente os ativos intangíveis que são gerados internamente nas empresas. A incerteza face aos benefícios económicos futuros, bem como a dificuldade de estimar com fiabilidade o valor dos custos do ativo, impede que muitos dos ativos intangíveis cumpram os critérios de reconhecimento, implicando assim que estes investimentos em intangíveis devam ser considerados como um gasto do exercício e não como um ativo”.

## **5.3 – Ativos intangíveis gerados internamente**

Os recursos intangíveis que cumpram os requisitos estabelecidos pela IAS 38 (IASB, 2004) – benefícios económicos futuros, controlo e identificabilidade - é indispensável mensurar esses recursos para os reconhecer como ativos intangíveis. A mensuração dos ativos intangíveis varia consoante o tipo aquisição. Os ativos intangíveis podem ser adquiridos das seguintes formas (Cañibano, 2012; Domingos et al., 2009):

- ❖ aquisição separada ou independente;
- ❖ aquisição subsidiada pelo Governo;
- ❖ troca de ativos;
- ❖ aquisição através de uma concentração de atividades empresariais; e

- ❖ ativos intangíveis que são gerados internamente numa entidade.

O ativo intangível quando é criado internamente numa determinada organização, antes de ser reconhecido como tal, passa previamente por duas fases: a fase da investigação e a fase de desenvolvimento (CNC, 2009; Vale, 2006).

Vale (2006, p. 31) entende a fase da investigação como a pesquisa “original e planeada, levada a efeito com a perspectiva de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos”. A fase de desenvolvimento é a “aplicação das descobertas derivadas da pesquisa ou de outros conhecimentos a um plano ou conceção para a produção de materiais, mecanismos, aparelhos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente melhorados, antes do início da produção comercial ou uso”.

Na fase da investigação, de acordo com Cañibano e Clemente (2006), os gastos incorridos devem ser reconhecidos como resultados do exercício, ou seja, não se reconhecem os gastos como um ativo intangível. Na fase de desenvolvimento já é possível reconhecer os gastos como um ativo intangível, no entanto, desde que se cumpram os seguintes critérios:

- ❖ viabilidade técnica de concluir o ativo intangível, usá-lo ou vendê-lo;
- ❖ intenção de concluir o ativo intangível, usá-lo ou vendê-lo;
- ❖ capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- ❖ necessidade de demonstrar a existência de um mercado para a produção do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, se for para ser usado internamente, a utilidade do ativo intangível;
- ❖ disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível;
- ❖ capacidade para mensurar com fiabilidade o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a fase de desenvolvimento (CNC, 2009; Vale, 2006).

Na elaboração de um projeto de uma determinada organização, nem sempre é fácil perceber qual é a fronteira que separa a fase de investigação e a fase de desenvolvimento. Se não for possível distinguir a fase da investigação da fase de

desenvolvimento, o dispêndio associado a esse projeto interno deverá ser considerado como decorrido na fase de investigação (CNC, 2009, §§ 51-53).

A formação interna dos jogadores de futebol, de acordo com a opinião de Cruz (2007), é um projeto dividido por duas fases (investigação e desenvolvimento). No entanto, não é fácil identificar com rigor qual é o momento que corresponde ao início e o fim de cada uma das fases (investigação e de desenvolvimento). A formação de um jogador de futebol é desenvolvida ao longo de várias etapas ou escalões de formação. Inicia-se com a seleção e o recrutamento dos atletas por parte do clube formador, para posteriormente, desenvolver as aptidões técnicas dos jogadores até atingirem a sua maturidade futebolística.

#### **5.4 – Custos dos ativos intangíveis gerados internamente**

Os custos dos ativos intangíveis gerados internamente devem ser calculados pela “soma dos dispêndios incorridos desde a data em que o ativo intangível satisfaz os critérios de reconhecimento”. Uma organização que desenvolve um projeto interno, capitaliza esses custos quando o projeto está na fase de desenvolvimento e cumpre todos os critérios de reconhecimento. No entanto, a NCRF 6 refere que não há “a reposição de dispêndio anteriormente reconhecido como um gasto (...) o dispêndio com um item intangível que tenha sido inicialmente reconhecido como um gasto não deve ser reconhecido como parte do custo de um ativo intangível em data posterior”. Os gastos incorridos na fase de investigação de um projeto não podem posteriormente, na fase de desenvolvimento, ser capitalizados (CNC, 2009, §§65-71).

Para Cañibano (2012, pp. 47-48) os gastos incorridos na fase de investigação não devem ser capitalizados como ativos intangíveis mas reconhecidos como gastos do exercício. Na fase de desenvolvimento é possível prever se os ativos intangíveis irão gerar benefícios económicos futuros para a empresa, porém, só é possível capitalizar esses gastos se cumprirem os requisitos mínimos exigidos, tais como o “êxito técnico, comercial e financeiro do projeto em desenvolvimento”.



## **5.5 - Mensuração após reconhecimento dos ativos intangíveis**

Após o reconhecimento dos ativos intangíveis, uma empresa deve escolher o modelo de mensuração a ser aplicado. A empresa deve optar por uma das duas políticas contábilísticas possíveis: modelo de custo ou o modelo de revalorização. No modelo de custo, o ativo após o reconhecimento inicial deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (CNC, 2009; Deloitte, 2014; Cañibano, 2006; Gomes et al., 2005; Vale, 2006).

Segundo a Deloitte (2014), o modelo de revalorização é utilizado quando o ativo intangível tem um mercado ativo que disponibiliza o seu preço de mercado cotado, embora não seja muito comum. No §75 (CNC, 2009) refere que o ativo intangível, de acordo com o modelo de revalorização, “após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, que seja o seu justo valor à data de revalorização menos qualquer amortização acumulada subsequente e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes (...) justo valor determinado com referência a um mercado ativo (...) regularizações devem ser feitas com tal regularidade que na data do balanço a quantia escriturada do ativo não difira materialmente do seu justo valor”.

Para Gomes et al. (2005, p. 27) o método de reavaliação consiste na contabilização do ativo intangível pelo seu justo valor à data da reavaliação, “menos todas as amortizações acumuladas subsequentes e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.” Este método só deverá ser utilizado quando existe um mercado para o respetivo ativo intangível, “com base no qual seja possível determinar um valor aceitável por duas pessoas, igualmente informadas, e que estejam dispostas a transacioná-lo”.

No §76 (CNC, 2009) refere que o modelo de revalorização não permite:

- ❖ “A revalorização de ativos intangíveis que não tenham sido previamente reconhecidos como ativos; ou
- ❖ O reconhecimento inicial de ativos intangíveis por quantias que não sejam o custo”.

O modelo de revalorização é permitido mas com algumas condicionantes. Vale (2006, p. 32) refere que “o facto de o ativo intangível ter que existir anteriormente e ser possível identificar um mercado ativo para os respetivos direitos (mercado onde todas as seguintes condições existam: sejam homogéneos os elementos negociados dentro do mercado, possam ser encontrados compradores e vendedores dispostos a negociar em qualquer momento e os preços estejam disponíveis ao público). As revalorizações terão diversas implicações de que se destaca a necessidade de revalorizar anualmente todos os ativos pertencentes ao mesmo grupo. Se o mercado ativo só surgir a posteriori, pode o ativo ser revalorizado com efeitos a partir dessa data”.

### **5.6 – Vida útil de um ativo intangível**

Uma empresa define a vida útil de um ativo intangível com base na avaliação que realiza aos fatores estabelecidos na NCRF 6. A avaliação deve permitir concluir qual “o período durante a qual se espera que o ativo gere fluxos de caixa líquidos para a entidade”. Na impossibilidade de estimar o período, a empresa deve considerar a vida útil do ativo como indefinida. A vida útil é um fator com uma influência preponderante na contabilização de um ativo intangível, de tal modo que as amortizações só se aplicam quando o ativo intangível tem uma vida útil finita ou definida (CNC, 2009, §§88-96).

Os fatores que são avaliados pelas entidades para determinar a vida útil de um ativo intangível, são os seguintes (CNC, 2009, §90):

- ❖ “O uso esperado do ativo por parte da entidade e se o ativo puder ser eficientemente gerido por uma outra equipa;
- ❖ Os ciclos de vida típicos para o ativo e a informação pública sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes que sejam usados de forma semelhante;
- ❖ Obsolescência técnica, tecnológica, comercial ou de outro tipo;
- ❖ A estabilidade do setor em que o ativo opera e alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo;
- ❖ Ações esperadas dos concorrentes ou potenciais concorrentes;
- ❖ O nível de dispêndio de manutenção exigido para obter os benefícios económicos futuros esperados do ativo e a capacidade e intenção da entidade para atingir tal nível;

- ❖ O período de controlo sobre o ativo e limites legais ou semelhantes sobre o uso do ativo, tais como as datas de extinção de locações relacionadas, e datas de termo do período de concessão estabelecido nos Acordos de Concessão de Serviços; e
- ❖ Se a vida útil do ativo está dependente da vida útil de outros ativos da entidade”.

Após a aquisição inicial, o ativo intangível para fins contabilísticos podem ser classificados como (Deloitte, 2014, p. 107):

- ❖ vida útil definida;
- ❖ vida útil indefinida, (“indefinido não significa infinito”).

### **5.6.1 – Vida útil definida**

Uma empresa quando classifica a vida útil de um ativo intangível como finita, significa que a vida útil corresponde ao período durante a qual se espera que aufera benefícios económicos futuros. As amortizações segundo o §97 da NCRF 6, “serão imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil”. As amortizações só devem iniciar quando o ativo esteja disponível para uso e cessadas a partir do momento em que o ativo se encontre numa das duas seguintes situações (CNC, 2009, §97):

- ❖ o ativo esteja classificado como detido para venda (ou incluído num grupo de alienação que seja classificado como detido para venda) de acordo com a NCRF 8 – Ativos não Correntes a Unidades Operacionais Descontinuadas;
- ❖ na data em que o ativo for desreconhecido.

Uma empresa deve optar pelo método de amortização que melhor reflita a forma como os benefícios económicos futuros são consumidos, sendo possível utilizar para o efeito o método da linha reta e o método da unidade de produção. O método da unidade de produção, segundo a norma, permite às empresas visualizar o consumo dos benefícios económicos do ativo. No entanto, caso não seja possível identificar com fiabilidade o modo de consumo dos benefícios económicos futuros, o método de amortização de linha reta é o mais adequado (CNC, 2009; Gomes et al., 2005).

O valor residual de um ativo intangível com vida útil finita, deverá ser zero a menos que (CNC, 2009; Vale, 2006):

- ❖ Haja um compromisso de venda do ativo no final da sua vida útil; ou
- ❖ Previsão um mercado ativo para o ativo e :
  - O valor residual possa ser determinado com referência a esse mercado; e
  - Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

O período e o método de amortização de um ativo intangível não têm que obrigatoriamente manter-se inalterável ao longo da sua vida útil. As empresas na revisão que realizam anualmente, se concluírem que a vida útil e o modelo de consumo não refletem com fiabilidade o modelo de consumo atual dos benefícios económicos futuros, é imprescindível alterar o período de amortização e o método de amortização (CNC, 2009; Gomes et al., 2005).

#### **5.6.2 - Vida útil indefinida**

Um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não é possível definir “o período durante a qual se espera que o ativo gere fluxos de caixa líquidos para a entidade”. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida, é imperativo realizar testes de imparidade para identificar possíveis divergências entre a quantia recuperável e a quantia escriturada. Os testes de imparidade devem ser realizados (CNC, 2009, §§88 e 108; Gomes et al., 2006):

- ❖ Anualmente, e
- ❖ Sempre que existam evidências de que o ativo intangível pode estar com imparidade.

Gomes et al. (2005) refere que norma IAS 38 obriga a uma revisão anual das condições que suportaram a avaliação da vida útil indefinida dos ativos intangíveis.

## **5.7 – Desreconhecimento de um ativo intangível**

O ativo intangível após o seu reconhecimento, não é imperativo manter-se capitalizado até à maturidade da depreciação. Deve ser desreconhecido nas duas seguintes situações (CNC, 2009):

- ❖ No momento da venda; ou
- ❖ Quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou venda.

O desreconhecimento de um ativo intangível pode implicar um ganho ou uma perda, e é “determinado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do ativo. Deve ser reconhecido nos resultados quando o ativo for desreconhecido (a menos que a NCRF 9 – Locações o exija de outra forma numa venda e relocação). Os ganhos não devem ser classificados como rédito” (CNC, 2009, §113).

Gomes et al. (2015) entende que um ativo intangível deve ser expurgado do balanço no momento da venda do ativo ou quando já não se esperam benefícios económicos da sua venda ou utilização. Numa situação de venda ou da eliminação de um ativo intangível, devem ser calculados os ganhos ou as perdas, pela diferença entre os proveitos líquidos obtidos na venda e o seu valor contabilístico. Os montantes que resultam da eliminação ou alienação do ativo intangível devem ser reconhecidos como rendimento ou gasto na demonstração dos resultados.

## **5.8 – Divulgação de um ativo intangível**

Sampaio et al. (2004) entendem que os ativos intangíveis são fundamentais para o desenvolvimento e competitividade das organizações. No entanto, o modelo contabilístico tradicional não fornece adequadamente toda a informação relevante acerca dos ativos intangíveis detidos e desenvolvidos nas empresas. A informação financeira divulgada não permite uma avaliação correta desses recursos intangíveis, resultando uma disparidade entre o valor contabilístico e o valor no mercado bolsista das empresas.

As demonstrações financeiras fornecem pouca informação acerca deste tipo de ativos. A informação partilhada é uma informação parcial, inconsistente e confusa, causando

custos muito significativos para as empresas, investidores e à sociedade no geral (Lev, 2003; Gomes et al., 2005).

De acordo com a NCRF 6, na divulgação de informação para os utentes das demonstrações financeiras, as entidades devem fazer uma distinção dos ativos intangíveis que são criados internamente dos restantes ativos intangíveis. Para cada classe devem divulgar a seguinte informação:

- ❖ “Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forma finitas, as vidas úteis ou taxas de amortização usadas;
- ❖ Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;
- ❖ A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período;
- ❖ Os itens de cada linha de demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;
- ❖ Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações” (CNC, 2009, §118).

Gomes et al., (2005, p. 32) entendem que os ativos intangíveis adquiridos através de um subsidio do Estado e inicialmente escriturados pelo seu justo valor, devem divulgar alguns aspetos:

- ❖ “O justo valor atribuído ao ativo intangível nestas condições;
- ❖ A quantia contabilizada;
- ❖ A explicitação do método de mensuração aplicado após o reconhecimento inicial”.

Os ativos intangíveis escriturados pelo seu valor reavaliado, devem divulgar “a data de eficácia da reavaliação, a nova quantia contabilizada, bem como a quantia pela qual estes constariam nas Demonstrações Financeiras se recebessem o tratamento de referência.” Além da necessidade de mencionar estes itens por classes de ativos

intangíveis, é também importante divulgar as reservas de reavaliação referente aos ativos intangíveis, tanto no início como final do período (Gomes et al., 2005, p. 32).

Gomes et al. (2005) fazem referência à necessidade de serem divulgados os montantes referentes às despesas de investigação e desenvolvimento quando esses valores são assumidos e reconhecidos como custo do exercício na demonstração de resultados.

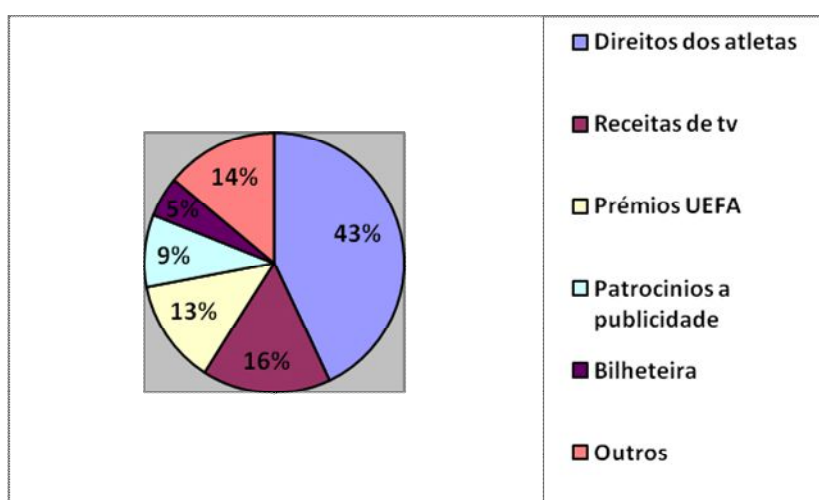
Cunha (2009, p. 109) elaborou uma dissertação que aborda a questão da “divulgação de informação e direitos de inscrição desportiva sobre os jogadores” e refere a importância na divulgação da informação sobre os ativos intangíveis. O referido autor concluiu que o nível de divulgação sobre os ativos intangíveis tem tendência a ser reduzido e existem evidências que demonstram que “os clubes de futebol menos rentáveis, com maiores níveis de receita e que não participam em competições organizadas pela UEFA, divulgam menos informação”.

## 6 – Direitos desportivos dos jogadores de futebol: ativo intangível

### 6.1 – Introdução

O futebol ao longo das últimas décadas deixou de ser simplesmente uma atividade de lazer e desenvolveu-se definitivamente para uma indústria muito lucrativa. É uma indústria que atrai inúmeros investidores e parceiros de negócios para os clubes de futebol. As principais receitas dos clubes, no desempenho da sua atividade principal, resultam nomeadamente das receitas de bilheteira, direitos televisivos, patrocínios, publicidade, concessão dos direitos para transmissão de jogos via internet, entre outras. No entanto, é conveniente referir que as transferências dos direitos desportivos dos jogadores de futebol, em países como a Argentina, Brasil e Uruguai, são a sua principal fonte de receita, variando entre os 20 % e os 50% da receita total (Oprean e Opriser, 2014; Rowbotton, 2002; Auletta, 2014).

**Gráfico 1 - Estrutura de rendimentos e ganhos totais consolidados 2013/2014**



Fonte: Benfica, SAD (2015 b) - Relatório e Contas 1.º semestre 2014/2015

As receitas dos clubes de futebol são tendencialmente superiores quanto melhor for a qualidade do plantel de jogadores de futebol. Um plantel constituído por jogadores de futebol de qualidade reconhecida, aumenta substancialmente a probabilidade de obter mais receitas de bilheteira, direitos de transmissão televisiva, merchandising, etc. O sucesso financeiro e o sucesso desportivo estão relacionados entre si e dependem de



fatores como a situação económica do clube e o rendimento futebolístico da equipa de futebol. A gestão desportiva juntamente com a gestão administrativo-financeira, devem definir um objetivo comum de forma a criar uma imagem positiva sobre o público. A imagem de marca dos clubes de futebol é um elemento essencial para atrair adeptos, investidores e patrocinadores (Lozano e Gallego, 2011; Ruijg e Ophen, 2015; Oprean e Opriser, 2014; Alonso, 2004).

Os jogadores de futebol são o principal ativo de um clube de futebol, contudo, nem sempre é possível mensurar e divulgar convenientemente os direitos desportivos dos jogadores de futebol nos balanços das sociedades desportivas. Não são raras as vezes que resultam discrepâncias consideráveis entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos direitos desportivos (Lozano e Gallego, 2011).

## **6.2 – Revisão da literatura**

Este subcapítulo tem como objetivo descrever sucintamente algumas das investigações e opiniões sobre os critérios de reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores de futebol.

Morrow (2006) desenvolveu uma investigação – *“Impression management in football club financial reporting”* – com o objetivo abordar a questão das políticas contabilísticas aplicadas aos ativos intangíveis no futebol italiano. Segundo Morrow (2006), os clubes de futebol em Inglaterra, numa fase inicial, não tinham o controlo dos direitos desportivos dos jogadores e considerava que os direitos desportivos não geravam benefícios económicos futuros. Deste modo, as transferências dos direitos desportivos dos jogadores de futebol, naquela época, eram contabilizadas como receitas e despesas na conta de resultados do período.

Em 31 de maio de 1989, Tottenham Hotspur foi o primeiro clube a reconhecer os custos das transferências dos direitos desportivos dos jogadores de futebol como um ativo intangível. Em meados dos anos 90 do século XX, 18 clubes ingleses já incluíam na rubrica – “Ativo Intangível” - os direitos desportivos dos seus jogadores (Morrow, 2006).

Com a introdução da FRS 10 em dezembro de 1997, pelo *Accounting Standards Board* (ASB), os clubes britânicos passaram obrigatoriamente a capitalizar e a amortizar o custo de aquisição dos direitos desportivos dos jogadores de futebol, com exceção dos jogadores formados internamente pelos clubes. Os jogadores da formação, como não tem um custo de aquisição associado, não são reconhecidos como um ativo e não são sujeitos a uma amortização. Esta política contabilística é aplicada pela maioria dos países europeus, incluindo os países que estão sujeitos à norma IAS 38 (Morrow, 2006).

Amir e Livne (2005) realizaram um estudo – “*Accounting, Valuation and Duration of Football Player Contracts*” – com o objetivo de identificar os efeitos da introdução da norma contabilística FRS 10. A investigação refere que os clubes de futebol no Reino Unido concordaram com o reconhecimento dos direitos desportivos dos jogadores na rubrica – “Ativo Intangível” - conforme exigida pela norma contabilística FRS 10. Amir e Livne (2005) entendem que mais estudos deverão ser realizados nesta matéria porque na investigação realizada não foi possível identificar evidências conclusivas que relacionem o reconhecimento dos ativos intangíveis e os benefícios económicos futuros.

Brommer (2011) realizou um estudo – “*Does the recognition of football players contracts require extra attention? Accounting, Valuation and Duration of Football player contracts.*” - com o objetivo de averiguar se existe uma correlação entre o investimento em direitos desportivos dos jogadores de futebol, os benefícios económicos futuros e o desempenho desportivo. Brommer (2011) concluiu no estudo que os direitos desportivos dos jogadores de futebol não geram benefícios económicos futuros.

Constantino (2006), na dissertação que elaborou – “A contabilização dos jogadores de futebol nas sociedades anónimas desportivas” – refere que os jogadores de futebol adquiridos a terceiros e os jogadores desenvolvidos na formação, ambos geram benefícios económicos futuros para os clubes. O tratamento contabilístico dos direitos desportivos dos jogadores não é de todo consensual, uma vez que os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros são na generalidade reconhecidos como ativos intangíveis e, por outro lado, os direitos desportivos dos jogadores da formação não são reconhecidos como um ativo dos clubes.

A aquisição dos direitos desportivos dos jogadores implica o pagamento de um preço de transferência, ou seja, o pagamento de um valor que representa “uma medida fiável do seu custo e reflete a expectativa de obtenção de benefícios económicos futuros”. Os jogadores desenvolvidos internamente são equiparados aos investimentos desenvolvidos internamente pelas empresas, subdivididas por uma fase de investigação e uma fase de desenvolvimento. Por esta razão, existe a dificuldade em definir um método que permita avaliar com objetividade e fiabilidade os jogadores oriundos da formação. A falta de um método de mensuração eficaz impede de certa forma o reconhecimento dos jogadores da formação como um ativo de um clube, distorcendo assim a imagem fiel e verdadeira das demonstrações financeiras dos clubes (Constantino, 2006, p. 80).

Cruz et al. (2011) elaboraram um estudo – “Contabilização do direito desportivo sobre jogadores profissionais em clubes portugueses e brasileiros.” - com o objetivo de obter respostas às três principais questões: a) verificar se os direitos desportivos dos jogadores de futebol cumprem os requisitos que são necessários para o reconhecimento como um ativo intangível; b) verificar quais as semelhanças e diferenças entre os clubes portugueses e brasileiros no que respeita ao tratamento contabilístico dos direitos desportivos dos jogadores oriundos da formação interna; c) identificar quais são as razões dos clubes para valorizar, ou não, os direitos desportivos dos jogadores da formação interna.

Os direitos desportivos dos jogadores de futebol cumprem na íntegra os requisitos exigidos para o reconhecimento dos direitos desportivos dos jogadores, tanto os jogadores adquiridos a terceiros, como os jogadores formados internamente. No Brasil, todos os clubes reconhecem efetivamente os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível. Em Portugal o entendimento nesta matéria é diferente porque a maioria dos clubes não reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como ativo intangível. Os clubes portugueses entendem que não existe um critério fiável para a mensuração dos direitos desportivos dos jogadores da formação (Cruz et al., 2011).

Ribeiro e Nogueira (2007) entendem que deveria de existir uma uniformização do tratamento contabilístico dos direitos desportivos dos jogadores porque tanto os

jogadores adquiridos a terceiros, como os jogadores da formação interna, cumprem os critérios de reconhecimento definidos na IAS 38.

Os clubes quando adquirem os direitos desportivos de um jogador, de acordo com o IAS 38, devem capitalizar o custo da transferência (custo de intermediação, prémio de assinatura, etc). Durante a vigência do contrato o valor da aquisição será amortizado de uma forma sistemática (Ribeiro e Nogueira, 2007).

A contabilização dos direitos desportivos dos jogadores da formação carece de especial atenção, uma vez que é necessário um mecanismo fiável para a mensuração dos custos de formação dos jogadores. A falta de um mecanismo de mensuração fiável é um obstáculo ao reconhecimento dos jogadores da formação como um ativo intangível. A maioria dos clubes não reconhece os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível, dificultando a comparabilidade entre os clubes, uma vez que existem clubes com políticas estratégias diferentes, ou seja, existem os clubes que apostam essencialmente nos jogadores da formação interna e os que apostam na aquisição de jogadores a terceiros (Ribeiro e Nogueira, 2007).

Cunha (2009) entende que os direitos desportivos dos jogadores estão de acordo com os critérios definidos para o conceito de ativo. No entanto, nem sempre é possível mensurar os custos dos direitos desportivos dos jogadores da formação, uma vez que a IAS 38 exige que a mensuração seja determinada com fiabilidade e suportada pelo princípio da prudência, dificultando o reconhecimento no balanço das sociedades desportivas.

Solana (2005) entende que os jogadores da formação quando são promovidos ao escalão profissional, deveriam ser reconhecidos no balanço de sociedade desportiva porque é a forma que melhor traduz a imagem fiel e apropriada da situação patrimonial da sociedade desportiva.

O reconhecimento dos direitos desportivos adquiridos a terceiros devem ser reconhecidos no balanço na rubrica – “Ativo Intangível” - pelo valor de custo da transferência e os direitos desportivos dos jogadores da formação devem ser

reconhecidos na rubrica – “Ativo intangível” - pelo seu valor de custo da formação (Solana, 2005).

Hernandez (2006) entende que os jogadores da formação interna e os jogadores adquiridos a terceiros deveriam ter um tratamento contabilístico similar porque ambos contribuem para a obtenção de benefícios económicos futuros para o clube. O autor propõe uma solução que passaria por criar uma rubrica nos ativos intangíveis, de forma a incluir no balanço os jogadores da formação interna.

A capitalização dos investimentos na formação dos jogadores, proporcionaria o fornecimento de informação relevante para os utentes da informação financeira e, por outro lado, a utilização do mesmo critério na contabilização dos jogadores, permitiria a comparação financeira entre os clubes (Hernandez, 2006).

Ponce e Jaén (2012) argumentam que os jogadores da formação são de facto um elemento do ativo dos clubes e devem estar refletidos no balanço. Os direitos desportivos dos jogadores da formação deverão ser reconhecidos a partir do momento em que o jogador esteja inscrito nas competições oficiais de futebol porque é a partir deste momento que existe a probabilidade de gerar benefícios económicos futuros. A mensuração inicial dos direitos de formação deve corresponder à soma de custos anuais pela formação de um jogador de futebol, a partir do exercício económico em que o jogador completa 12 anos de idade.

Kulikova e Goshunova (2014) entendem que os investimentos na aquisição dos direitos desportivos dos jogadores de futebol são uma fonte de benefícios económicos futuros e a maioria dos clubes no futebol europeu capitaliza os custos de aquisição dos direitos desportivos dos jogadores de futebol. Numa amostra de 665 clubes europeus que participam nas principais ligas de futebol, 60 % dos clubes consideram que os custos de aquisição dos direitos desportivos são reconhecidos como ativos.

Os jogadores da formação são um investimento com perspetiva de gerar benefícios económicos futuros. No entanto, face às normas contabilísticas em vigor, nem sempre é possível refletir nas demonstrações financeiras dos clubes o investimento realizado na formação dos jogadores de futebol. Os referidos autores consideram que a proibição da

capitalização dos custos da formação dos jogadores jovens é completamente errado porque é possível implementar um departamento de contabilidade analítica capaz de calcular adequadamente os custos de formação dos jogadores (Kulikova e Goshunova, 2014).

### **6.3 – Evolução histórica da IAS 38**

Até ao ano de 1977, as transferências dos direitos desportivos dos jogadores de futebol estavam sujeitas a restrições que limitavam a transferência de jogadores entre os clubes. Naquela época, a transferência de jogadores só era possível se o clube detentor dos direitos desportivos aceitasse libertar o “passe” do jogador. Os clubes, mesmo após o término do contrato, tinham o direito de receber uma indemnização para libertar o “passe” do jogador (Brommer, 2011).

A partir do ano de 1977, surgiu a possibilidade de libertar o “passe” dos jogadores, após o término do contrato, sem direito a indemnizar o clube com o qual tinha terminado o contrato. No entanto, os clubes tinham o direito de prorrogar o contrato unilateralmente, limitando de certa forma as transferências de jogadores para outros clubes. A lei de Bosman, criada em 1995, permitiu a liberdade de transferências de jogadores de futebol porque uma vez expirado o contrato, o jogador ficaria livre de qualquer vínculo contratual e livre para assinar um contrato profissional com qualquer outro clube, sem obrigação de pagar uma indemnização (Brommer, 2011).

Antes da introdução da IAS 38, não existia uma política contabilística consensual para a contabilização dos direitos desportivos dos jogadores de futebol. Os regulamentos permitiam o reconhecimento dos direitos desportivos como um ativo intangível (“política do reconhecimento”) e o reconhecimento dos direitos desportivos como um custo na demonstração de resultados (“política da despesa”) (Brommer, 2011; Oprean e Oprisor, 2014; Rowbottom, 2002).

Rowbottom (2002), numa amostra composta por 102 clubes profissionais do Reino Unido, concluiu que 84,3 % dos clubes, no ano 1995, optavam pela “política de despesa”.

Em 1998, após a introdução da IAS 38, os direitos desportivos dos jogadores de futebol adquiridos passaram a ser reconhecidos como um ativo intangível. Em 31 de março de 2004, a IAS 38 foi revista com o objetivo melhorar a contabilização de combinação de negócios. A referida revisão em nada influenciou a contabilização dos direitos desportivos dos jogadores de futebol, uma vez que se trata de uma aquisição separada e mensurada pelos custos de aquisição do jogador (Brommer, 2011).

Na revisão da IAS 38 (versão 2004), a norma refere que os ativos durante a sua vida útil, devem gerar benefícios económicos para a entidade. Esta revisão da IAS 38, aplicada ao contratos dos jogadores de futebol, pressupõe que os direitos desportivos dos jogadores são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante a vigência do contrato, se cumprirem com os critérios da identificabilidade, controlo do ativo e obtenção de benefícios económicos futuros (Brommer, 2011).

A UEFA permite que os clubes apliquem a suas próprias políticas contabilísticas desde que essas políticas estejam em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais em vigor. A maior parte dos países adotaram as normas elaboradas pelo IASB e, deste modo, a maioria dos clubes europeus aplicam as políticas definidas pela IAS 38 ( Oprean e Oprisor, 2014).

#### **6.4 – Reconhecimento dos direitos desportivos dos jogadores de futebol**

A IAS 38 define o conceito “ativo” de uma forma mais clara do que a antiga legislação portuguesa (Plano Oficial de Contabilidade). Define o ativo como “um recurso controlado por uma entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos no futuro” (Morais e Lourenço, 2005, p. 381).

Vale (2006) entende que um ativo intangível tanto pode ser gerado internamente como pode ser adquirido externamente. Em ambas as situações, o reconhecimento só deverá ser possível se, cumulativamente, o ativo em causa seja capaz de gerar benefícios económicos futuros, controlado pela entidade e identificável.

Na opinião de Brommer (2011), um ativo intangível para ser reconhecido como tal, devem cumprir os todos os critérios que estão definidos na IAS 38. Os critérios são os seguintes:

- ❖ benefícios económicos futuros;
- ❖ recurso controlado; e
- ❖ identificável.

#### **6.4.1 – Benefícios económicos futuros**

Uma sociedade desportiva que seja detentora dos direitos desportivos de um jogador, tem o direito de usufruir dos serviços do atleta com o objetivo de alcançar o sucesso desportivo e obter as receitas indispensáveis para a sobrevivência do clube. As transferências dos direitos desportivos dos jogadores de futebol são, por sinal, uma boa fonte de receita para os clubes, permitindo muitas das vezes obter ganhos consideráveis e equilibrar as suas contas. Os passes dos jogadores detidos pelos clubes de futebol “são a base de todas as receitas futuras da organização” (Cruz, 2006 a, p.27; Benfica SAD, 2015 b).

Os jogadores de futebol de qualidade reconhecida, contribuem substancialmente para a reputação e imagem dos clubes, crescimento das vendas, crescimento nos patrocínios, resumindo, uma maior capacidade para gerar benefícios económicos futuros para os clubes. Só assim se justifica as somas astronómicas que são pagas pelas transferências dos direitos desportivos dos jogadores que competem nos principais campeonatos de futebol (Lozano e Gallego, 2011).

Os autores (Solana, 2002; Constantino, 2006; Cruz, 2006 a; Ribeiro e Nogueira, 2007; Ponce e Jaén, 2012; Oprean e Oprisor, 2014) entendem que os direitos desportivos dos jogadores são recursos que geram benefícios económicos futuros para os clubes.

#### **6.4.2 – Recurso controlado**

Cruz (2006 a, p. 25) considera o princípio da substância sobre a forma, um dos princípios a ter em consideração na avaliação se um recurso é ou não controlado pela empresa. O princípio da substância sobre a forma refere que “as operações devem ser



contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade financeira e não apenas à sua forma legal”. A propriedade do bem não é uma condição determinante e o indispensável é que usufrua dos benefícios inerentes à utilização de um determinado bem ou direito.

Na locação financeira, por exemplo, a propriedade do bem objeto de locação pertence ao locador mas é o locatário que regista contabilisticamente o referido ativo. É o locatário quem assume os riscos da utilização do bem e usufrui os benefícios económicos inerentes à sua utilização. Resumindo, se uma entidade está na condição de garantir os benefícios económicos futuros, mesmo que não seja proprietário do bem ou direito, a empresa tem o controlo do recurso (Cruz, 2006 a).

Os direitos desportivos dos jogadores de futebol são o principal ativo dos clubes e são estes que permitem obter os benefícios económicos futuros. Os clubes quando celebram um contrato profissional com um jogador de futebol, ficam detentores dos direitos desportivos e com o direito exclusivo de utilização dos serviços do jogador. Significa, neste caso, que os clubes controlam efetivamente os direitos desportivos dos jogadores de futebol (Cruz, 2006 a).

Cruz et al., (2012) consideram os jogadores de futebol com contrato de formação também um recurso controlado pelos clubes, uma vez que só podem desenvolver a sua atividade futebolística no clube formador. No entanto, se os jogadores da formação celebrarem um contrato de trabalho desportivo, reforça o controlo dos clubes sobre os jogadores de futebol.

Na opinião de Ribeiro e Nogueira (2007), os clubes tem efetivamente o controlo dos jogadores quando existe um contrato profissional a formalizar o vínculo entre o jogador e o clube, incluindo os jogadores dos escalões da formação. Se não existe um contrato profissional, o controlo sobre os jogadores é bastante discutível. Contudo, o Regulamento sobre o Estatuto e Transferência de Jogadores da FIFA, estabelece que os clubes que formam os jogadores têm direito a receber uma indemnização pela formação dos jogadores, na idade compreendida entre os 12 e 21 anos, ou seja, mesmo sem um contrato profissional, o clube garante benefícios económicos futuros. O autor entende que existe efetivamente o controlo sobre os jogadores porque os clubes tem a

capacidade de obter benefícios económicos futuros e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

Brommer (2011, p. 8) faz referência à definição de controlo que consta no § 13 da IAS 38, com particular ênfase à última frase do parágrafo, em que diz que “uma entidade controla um ativo se tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam do recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. A capacidade de uma entidade de controlar os benefícios económicos futuros de um ativo intangível normalmente provém de direitos legais que são exequíveis em um tribunal de justiça. Na ausência de direitos legais, é mais difícil mostrar o controlo. Contudo, a exequibilidade legal de um direito não é uma condição necessária para o controlo, pois uma entidade pode ser capaz de controlar os benefícios futuros de alguma forma”.

Do ponto de vista legal não é possível o controlo pessoal ilimitado dos jogadores de futebol mas é legítimo os clubes controlarem os contratos profissionais celebrados com os jogadores de futebol. A lei de Bosman foi criada para proteger os jogadores de futebol do abuso de poder dos clubes, no entanto, permaneceu o direito de controlo legal dos contratos dos jogadores de futebol e dos seus benefícios económicos futuros (Brommer, 2011).

Brommer (2011) entende que os clubes têm o controlo sobre os direitos desportivos dos jogadores e, por isso, tem o direito de os vender e obter os benefícios económicos futuros. A venda dos direitos desportivos dos jogadores e as receitas com os direitos de imagem dos jogadores, são exemplos de algumas receitas que os clubes têm o legítimo direito de receber.

Os autores (Solana, 2002; Constantino, 2006; Cruz, 2006 a; Ribeiro e Nogueira, 2007; Ponce e Jaén, 2012; Oprean e Oprisor, 2014) entendem que os direitos desportivos dos jogadores são recursos controlados pelos clubes.

#### **6.4.3 – Identificabilidade**

Os direitos desportivos dos jogadores de futebol são perfeitamente identificáveis e separáveis dos restantes ativos intangíveis. É possível vender ou ceder os direitos

desportivos individualmente. Os direitos desportivos dos jogadores são valorizados pelo custo de aquisição, ou seja, a soma dos custos com a aquisição do “passe”, prémio de assinatura, custos de intermediação, entre outros (Brommer, 2011).

Ribeiro e Nogueira (2007) entendem que os direitos desportivos dos jogadores de futebol, incluindo os jogadores da formação, são perfeitamente separáveis e podem ser transferidos ou vendidos a outras sociedades desportivas. Um facto importante para que seja possível reconhecer os direitos desportivos como um ativo patrimonial.

Os autores (Solana, 2002; Constantino, 2006; Cruz, 2006 b; Ribeiro e Nogueira, 2007; Ponce e Jaén, 2012; Oprean e Oprisor, 2014) entendem que os direitos desportivos dos jogadores de futebol são perfeitamente identificáveis e separáveis.

### **6.5 – Mensuração dos direitos desportivos de um jogador da formação**

Os ativos intangíveis são recursos cada vez mais importantes no dia a dia das empresas, contudo, é importante referir que existem dificuldades a refletir os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras, com os critérios de reconhecimento e de mensuração existentes. Vale (2006) refere que os estudos existentes nesta matéria, indicam que na generalidade dos países, a diferença existente entre o valor de mercado e o valor líquido contabilístico das empresas tem aumentado de uma forma significativa.

A IAS 38 impõe limitações que dificultam a elaboração de demonstrações financeiras que reflitam de uma forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial de uma determinada entidade. O futebol, tal como acontece em outros setores, também estão sujeitas às limitações impostas pela IAS 38 (Vale, 2006).

O tratamento contabilístico aplicado aos ativos gerados internamente e aos ativos adquiridos externamente não é de todo consensual. Os motivos que geram a discussão entre os investigadores resulta, em parte, à ausência de informação contabilística disponibilizada pelos clubes acerca dos recursos intangíveis criados internamente. Não existe consenso relativamente à fiabilidade na mensuração deste tipo de recurso de natureza imaterial (Solana, 2005).

A norma internacional contabilística (IAS 38) permite divergências no tratamento contabilístico entre os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros e os jogadores criados internamente, colocando em causa a transparência do mercado e a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os clubes (Vale, 2006).

Solana (2005) entende que as demonstrações financeiras dos clubes de futebol devem fazer uma distinção entre os jogadores de futebol adquiridos externamente e os jogadores da formação interna do clube, devido às diferenças de tratamento contabilístico existente entre ambas.

Na opinião de Ribeiro e Nogueira (2007), dever-se-ia uniformizar a contabilização dos direitos desportivos, tanto dos jogadores adquiridos a terceiros, como os jogadores da formação interna, uma vez que ambos cumprem os requisitos estabelecidos nas normas contabilísticas.

Os dois subcapítulos seguintes têm como objetivo apresentar dois métodos que podem contribuir para a valorização dos direitos desportivos dos jogadores da formação – Contabilidade analítica e Regulamento de compensação pela formação.

#### **6.5.1 – Contabilidade Analítica**

Os direitos desportivos dos jogadores de futebol, obtidos por aquisição ou por troca de direitos, devem ser registados na rubrica “Ativo Intangível” pelo seu custo de aquisição. A principal dúvida surge quando se pretende determinar o valor dos direitos desportivos dos jogadores da formação. O valor dos direitos desportivos dos jogadores da formação, com base no princípio da prudência, devem corresponder ao custo da formação do atleta mensurado com o contributo da contabilidade analítica (Cruz, 2006 a).

Silva (1991, citado por Caiado, 1997, p. 49) define a contabilidade analítica como “uma contabilidade de custos, entendendo-se por esta expressão a classificação e registo dos gastos de exploração de modo que pelas contas relativas à produção e à venda se possam determinar os custos de produção e de distribuição unitários ou totais de algum ou de todos os produtos fabricados ou serviços prestados”.

No setor industrial é comum a utilização da contabilidade analítica para calcular os custos de produção e de distribuição. No futebol, o que se pretende é utilizar a contabilidade analítica para o cálculo dos custos que estão associados à formação interna dos jogadores de futebol. Os custos da formação dos jogadores correspondem aos dispêndios que os clubes incorrem para “formar e dotar o jogador das condições necessárias à prestação de serviços na equipa profissional” (Cruz, 2012, p. 194).

Cruz (2012, pp. 240-241) defende como meio de mensurar os direitos desportivos dos jogadores oriundos da formação “a utilização do método dos centros de gastos na determinação do custo de formação do respetivo jogador (objeto do custo principal), porque a sua utilização permite acumular os gastos suportados na formação do jogador e um controlo sobre os respetivos centros. Os centros de gastos (objeto do custo intermédio) correspondem às categorias em que os dispêndios são suscetíveis de capitalização – iniciados, juvenis, juniores e seniores B”.

Na opinião de Cruz (2012), o sistema de contabilidade analítica não é aplicado em todas as categorias da formação, uma vez que nem todos os gastos incorridos na formação podem ser capitalizados. Os custos da formação só são capitalizáveis quando os custos incorridos correspondem ao período de formação posterior à categoria de “infantis”, ou seja, os custos de formação incorridos nos escalões de “iniciados”, “juvenis”, “juniores” e “seniores B”. Os dispêndios incorridos antes da categoria de “iniciados”, ou seja, na categoria de “benjamins” e “infantis”, não são capitalizáveis porque correspondem ao período em que a formação é equiparada à fase de investigação. Na fase de investigação os gastos da formação são reconhecidos como gastos do período e não podem ser capitalizados no futuro.

A formação de um jogador de futebol, à semelhança do que acontece com os projetos de I&D, é um processo de envolver demasiadas incertezas, uma vez que não é possível prever o sucesso da formação de um atleta. A formalização de um contrato de formação entre o clube e o jogador não garante a obtenção de benefícios económicos para o clube mas oferece a expectativa de obter esses mesmos benefícios económicos no futuro. Por isso, é possível preencher todos os requisitos estabelecidos pela IAS 38, inclusive quando existe um contrato de formação e um sistema de contabilidade analítica

implementada no clube formador. No entanto, caso exista um contrato profissional, o momento da celebração do contrato profissional determina que estão reunidas as condições para a capitalização dos direitos desportivos dos jogadores da formação (Cruz, 2012).

O reconhecimento de um jogador da formação como um ativo intangível só deverá ser possível a partir do momento que cumpram todos os requisitos definidos pela IAS 38 (Cruz, 2012).

**Quadro 1 - Tratamento contabilístico dos dispêndios com a formação de jogadores**

<b>Categoria</b>	Benjamins (sub-11)	Infantis (sub-13)	Iniciados (sub-15)	Juvenis (sub-17)	Juniores (sub-19)	Seniores B
<b>Analogia contabilística</b>	Fase de investigação		Fase de desenvolvimento			
<b>Tratamento contabilístico</b>	Gasto do período		Gasto do período, mas deverá capitalizar quando preencher simultâneamente todos os requisitos estabelecidos pela IAS 38			

Fonte: Cruz (2012, p. 191)

Na determinação dos custos de formação dos jogadores de futebol, Cruz (2012) apresenta três hipóteses possíveis.

Uma primeira hipótese, os custos da formação são determinadas individualmente por cada jogador. Este método implica o cálculo dos custos incorridos em todas as categorias da formação, incluindo as categorias que precedem a celebração de um contrato de formação. Cruz (2012) discorda deste método porque entende que o controlo dos dispêndios na formação dos jogadores devem ocorrer apenas a partir do momento em que é possível capitalizar esses custos, ou seja, calcular os custos incorridos após a celebração de um contrato de formação entre o clube e o jogador.

Uma segunda hipótese, os custos da formação são determinadas individualmente por cada jogador de uma forma mais restrita, uma vez que apenas se considera os dispêndios incorridos após a celebração de um contrato de formação e quando cumprem todos os requisitos exigidos pela IAS 38. Na opinião de Cruz (2012) esta hipótese não é muito viável, uma vez que a relação custo versus benefício não é favorável.

A terceira hipótese, Cruz (2012, pp.195-196) entende que a determinação dos custos de formação deve englobar todos os dispêndios necessários e relacionados com os jogadores da formação que se encontram “no mesmo processo de formação do jogador que celebrou contrato de formação com o clube”. O processo de formação de um jogador de futebol depende do contributo dos restantes jogadores, tanto para treinos como para a competição, não sendo possível formar jogadores de futebol sem o contributo coletivo, mesmo sabendo que nem todos os jogadores da formação atingem o estatuto de futebolista profissional.

Vale (2006) entende que devem ser reconhecidos todos os custos da formação dos jogadores numa conta “Ativo Intangível em Curso”, subdividida, por exemplo, pelos vários escalões da formação dos jogadores. Os testes de imparidade realizados no final de cada época desportiva permite reconhecerem de imediato os gastos médios suportados pela formação dos jogadores desistentes. Os dispêndios incorridos com os jogadores que prosseguem a formação, deverão continuar a acumular na conta “Ativo Intangível em Curso”.

Finalizado o processo de formação dos jogadores, regulariza-se a conta “Ativo Intangível em Curso” mediante a ocorrência de uma das duas seguintes situações (Vale, 2006):

- ❖ Os jogadores formados desistem ou perdem a oportunidade de prosseguir uma carreira no futebol profissional e, deste modo, são reconhecidos os gastos suportados pela formação acumulados na conta “Ativo Intangível em Curso”;
- ❖ Os jogadores formados celebram um contrato profissional e, neste caso, é possível regularizar a conta “Ativo Intangível em Curso” de duas formas:
  - O saldo acumulado na conta “Ativo Intangível em Curso” são transferidos para uma conta de “Ativos Intangíveis”;
  - O saldo acumulado na conta “Ativo Intangível em Curso” são transferidos para uma conta de “Ativos Intangíveis”, no entanto, a partir deste momento os direitos desportivos dos jovens jogadores serão revalorizados pelos seus clubes de origem, de acordo com os critérios que estão definidos pela UEFA para o cálculo das indemnizações

(compensação pela formação) a serem pagas por terceiros (outros clubes) ao clube formador.

### **6.5.2 – Regulamento para compensação pela formação**

Os direitos desportivos dos jogadores da formação podem ser valorizados pelo método de cálculo da compensação pela formação, proposto pela FIFA. Esta metodologia não é todo consensual entre os investigadores, uma vez que o custo histórico é relegado para segundo plano e pode promover uma valorização incorreta dos direitos desportivos dos jogadores da formação. No entanto, Ribeiro e Nogueira (2007) consideram a metodologia objetiva e baseada em informação sobre os custos da formação que é fornecida pelas várias federações nacionais à FIFA.

O Regulamento do Estatuto e Transferência de Jogadores da FIFA regula diversas matérias relacionadas com as transferências de jogadores, indemnizações pela formação dos jogadores, incluindo a forma de como calcular as indemnizações a pagar pela formação dos jogadores. Abordaremos sucintamente este regulamento, para ajudar a entender alguns pontos relacionados com a contabilização dos jogadores de futebol (Ribeiro e Nogueira, 2007).

O Regulamento no seu artigo n.º 1 estabelece normas gerais e obrigatórias relativamente “ao estatuto dos jogadores, à sua habilitação para participar no futebol federado e à sua transferência entre clubes filiados em federações diferentes (...) deve ainda estabelecer um sistema para compensar os clubes que invistam na formação e educação de jovens jogadores” (FPF, 2010, p. 6).

O Regulamento contempla vários artigos com as “disposições relacionadas com as transferências de jogadores, inscrições, estabilidade contratual entre jogadores profissionais e clubes e transferências internacionais de menores de idade” (Ribeiro e Nogueira, 2007, p. 220).

De seguida, com base no Regulamento da FIFA, abordaremos as questões relacionadas com a compensação pela formação dos jogadores de futebol.



O artigo 20.º do Regulamento, estabelece as regras para a compensação a ser paga aos clubes formadores pela formação prestada aos jogadores. Os clubes formadores têm o direito de receber a compensação nos seguintes termos (FPF, 2010, p. 16):

- ❖ “quando o jogador celebra o seu primeiro contrato como profissional; e
- ❖ em cada transferência do jogador profissional até ao final da época do seu 23º aniversário”.

O direito de receber uma compensação pela formação é legítimo quando os jogadores jovens em formação são transferidos para outro clube no decorrer ou no final do contrato do jogador. O anexo 4 do presente regulamento contempla várias disposições relativas à compensação por formação dos jovens jogadores de futebol (FPF, 2010).

O regulamento estabelece que a compensação a ser paga pela formação dos jogadores corresponde à formação prestada na idade compreendida entre os 12 e os 23 anos de idade. “A compensação por formação aos jogadores deve ser paga até aos 23 anos de idade pela formação que recebida até aos 21 anos, a não ser que seja evidente que o jogador tenha terminado o seu período de formação antes dos 21 anos de idade” (FPF, 2010, p. 39).

De modo a facilitar o cálculo da compensação pela formação prestada pelos clubes formadores, os clubes tem instruções para classificar a formação em quatro categorias, de acordo com os investimentos financeiros realizados na formação dos seus jogadores. Os custos de formação são atribuídos por cada uma das quatro categorias e são atualizados anualmente pelas federações nacionais. Os custos a incluir na indemnização a pagar pela formação de um jogador da formação são os seguintes (Ribeiro e Nogueira, 2007; FPF, 2010):

- ❖ Custos necessários para a formação de um jogador; e
- ❖ O “fator jogador” como uma variável do cálculo, que corresponde ao número de jogadores que são necessários formar e educar para que seja possível obter um jogador profissional.

Ribeiro e Nogueira (2007) refere que o cálculo da indemnização pelos custos da formação corresponde à seguinte formula:

$$C = \sum x * \text{fator jogador}$$

As variáveis contempladas na fórmula têm o seguinte significado (Ribeiro e Nogueira, 2007; FPF, 2010):

C = Custos de formação

X = Dispendios decorridos na formação de um jogador durante um ano

$\sum x = x * \text{número de anos da formação}$

Fator jogador = número de jogadores que são necessários formar para se obter um jogador profissional.

Os direitos da formação podem ser reconhecidos como um ativo intangível por uma “quantia igual ao custo de formação da categoria a que pertence o clube multiplicado pelo número de anos decorridos desde que o jogador iniciou o processo de formação considerando, para o facto, que a idade mínima é de 12 anos, de acordo com a FIFA” (Cruz, 2012, p. 94).

Cruz (2012, p. 94) refere que os jogadores da formação que permaneçam no clube, os valores referentes aos direitos de formação “podem ser incrementados ano após ano, de acordo com a categoria em que o clube se integre na respetiva data. Este procedimento pode ser adotado no máximo até à época em que o jogador complete 21 anos de idade, limite definido pela FIFA, salvo quando seja evidente que o jogador terminou o processo de formação antes dessa idade”.

A fórmula de cálculo proposta pela FIFA não calcula os custos reais despendidos para a formação dos jogadores, no entanto, estipula um valor de compensação mínimo a pagar aos clubes formadores caso os jogadores da formação sejam vendidos ou transferidos para outros clubes, conforme as condições estabelecidas no Regulamento da FIFA. A

fórmula de cálculo proposta pela FIFA é uma alternativa ao método de cálculo baseado no custo histórico (Solana, 2005).

## **6.6 – Considerações finais**

Finalizado o sexto capítulo do trabalho, concluiu-se que os direitos desportivos dos jogadores preenchem todos os requisitos de um ativo, conforme é exigido pela norma internacional contabilística (IAS 38). Os direitos desportivos dos jogadores de futebol geram benefícios económicos futuros, são controlados pelos clubes e identificáveis.

Os direitos desportivos dos jogadores cumprem todos os critérios que estão definidos no conceito de ativo, no entanto, nem sempre é possível reconhecer os direitos desportivos como um ativo intangível. A mensuração dos custos, especialmente os custos relacionados com a formação dos jogadores, é uma condição a rever com especial atenção porque existem dificuldades em calcular os custos de formação com a fiabilidade exigida pela IAS 38 (Cruz, 2012).

Não existe unanimidade quanto ao método de valorização dos direitos desportivos dos jogadores da formação e, inclusivamente, existem dificuldades na mensuração dos custos incorridos ao longo das quatro categorias de formação.

Após exposição teórica de seis capítulos, apresentaremos de seguida a segunda parte do trabalho cujo objetivo é desenvolver uma avaliação empírica ao tema central do trabalho – reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores da formação – com a apresentação e análise dos resultados de um inquérito enviado aos clubes da primeira e segunda liga de futebol profissional em Portugal.

## **PARTE 2 – Aplicação empírica**

### **7 – Reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores de futebol – Análise aos clubes da primeira e segunda ligas**

#### **7.1 – Metodologia de investigação**

Na introdução da dissertação propusemos encontrar respostas relativamente à polémica questão sobre o reconhecimento e mensuração do “passe” dos jogadores de futebol da formação. Na procura dessas respostas foi realizada uma investigação com base num inquérito (por questionário) direcionado aos clubes da primeira e segunda ligas, com o objetivo de identificar qual é o tratamento contabilístico adotado pelos clubes quando reconhecem os direitos desportivos dos jogadores de futebol. Os direitos desportivos dos jogadores podem ser adquiridos a terceiros, adquiridos a custo “zero” (jogadores “livres”) ou podem ser fruto da formação interna dos clubes.

O inquérito foi enviado por correio eletrónico aos trinta e seis clubes da primeira e segunda ligas. O inquérito inclui seis questões “fechadas” com respostas predefinidas e solicita-se aos inquiridos que optem pela resposta que melhor corresponde à prática dos clubes acerca do tema em questão. As respostas do inquérito são confidenciais e, por isso, não existe a possibilidade de associar as respostas a cada um dos clubes que responderam ao inquérito.

Para garantir a comparabilidade das respostas, as questões foram colocadas a todos os clubes da mesma forma, com formulações claras, encadeadas umas nas outras, sem repetições, linguagem simples, sem qualquer ambiguidade, de forma a evitar mal entendidos aos clubes inquiridos.

As seis questões foram elaboradas com base nas investigações realizadas por Constantino (2006), Cruz (2011) e Cruz et al. (2012). O principal objetivo do presente questionário é complementar a informação já obtida pelos referidos autores.

As seis questões incluídas no inquérito foram as seguintes:

**1 - Como contabiliza os direitos económicos (“passe”) de um jogador de futebol quando é adquirido a outra sociedade desportiva/clube?**

- a) Como ativo fixo intangível
- b) Como custos com pessoal
- c) Como ativo fixo intangível em curso
- d) Outra forma. Qual?

**2 - Como contabiliza os direitos económicos (“passe”) de um jogador de futebol quando é contratado e está “livre”, sem qualquer contrato com outra sociedade desportiva/clube?**

- a) Como ativo fixo intangível
- b) Como custos com pessoal
- c) Como ativo fixo intangível em curso
- d) Outra forma. Qual?

**3 - Como contabiliza o jogador da formação interna do clube que já faz parte do plantel principal, sem contrato profissional, apenas com contrato de formação?**

- a) Como ativo fixo intangível
- b) Como custos com pessoal
- c) Como ativo fixo intangível em curso
- d) Outra forma. Qual?

**4 - A assinatura de um contrato profissional entre o jogador e o clube formador é um critério que consideram fundamental para o reconhecimento do “passe” do jogador como ativo fixo intangível?**

- a) Sim
- b) Não

**5 - Na sociedade desportiva/clubes que representam, com que grau de fiabilidade é possível mensurar os custos de formação de um jogador de futebol?**

- a) Muito elevado
- b) Elevado
- c) Razoável
- d) Baixo

**6 - Que tipo de instrumento de cálculo utilizam para determinar os custos de formação de um jogador de futebol?**

- a) Contabilidade analítica
- b) Fórmula de cálculo que consta no Regulamento FIFA, Anexo 4 – compensação por formação
- c) Outra forma de cálculo. Qual?
- d) Não calculam os custos de formação

O resultado final do inquérito deve ajudar a compreender como é que os clubes de futebol profissional em Portugal reconhecem e mensuram os direitos desportivos dos jogadores em geral, inclusive os direitos desportivos dos jogadores da formação.

A primeira questão foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar como é que os clubes reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros.

A segunda questão, à semelhança da questão anterior, foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar como é que os clubes reconhecem os direitos desportivos dos jogadores “livres” adquiridos a custo “zero”.

A terceira questão foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar como é que os clubes reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação. Pelos estudos já realizados sobre esta matéria sabemos que os clubes reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível ou como um gasto do período. No entanto, pretendemos saber se existem clubes que capitalizam os direitos desportivos

dos jogadores da formação integrados no plantel da equipa principal (sénior) e ainda com contrato de formação, ou seja, sem um contrato profissional.

A quarta questão foi incluída no inquérito com o objetivo de entender se os clubes consideram a assinatura de um contrato profissional um fator fundamental no reconhecimento dos direitos dos jogadores da formação como um ativo intangível da sociedade desportiva.

A quinta questão foi incluída no inquérito com o objetivo de conhecer qual é o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação na generalidade dos clubes de futebol profissional em Portugal.

A sexta questão foi incluída no inquérito com o objetivo de conhecer quais são as ferramentas contabilísticas ou sistemas de custeio que os clubes utilizam para a mensuração dos custos de formação dos jogadores.

## **7.2 – Descrição da amostra**

O inquérito foi elaborado e direcionado aos trinta e seis clubes participantes nas principais competições profissionais de futebol referente à época desportiva 2014/2015.

Os clubes participantes na primeira e segunda ligas profissionais têm dois regimes jurídicos diferentes, ou seja, existem vinte e dois clubes com o regime jurídico “Sociedades anónimas desportivas” e catorze clubes com o regime jurídico “Sociedade desportiva unipessoal por quotas”.

Foi possível obter respostas de dezoito clubes diferentes e, sete dos quais identificaram-se e confirmaram por correio eletrónico o preenchimento do inquérito. Os clubes que enviaram a confirmação foram os seguintes: Club Sport Marítimo, Clube Desportivo Trofense, Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica, Gil Vicente Futebol Clube, Futebol Clube de Penafiel e o Rio Ave Futebol Clube. De entre os sete clubes identificados, cinco são da primeira liga e dois da segunda liga.

O inquérito foi enviado para os seguintes clubes:

**Quadro 2 - Clubes da Primeira Liga**

Futebol Clube do Porto, Futebol SAD	Estoril Praia, Futebol, SAD
Sport Lisboa e Benfica, Futebol, SAD	Boavista Futebol Clube, Futebol, SAD
Sporting C. P., Futebol, SAD	Vitória Futebol Clube, SAD
Sporting Clube de Braga, Futebol, SAD	Rio Ave Futebol Clube, SDUQ, Lda
Vitória Sport Clube, Futebol, SAD	F. C. de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
Os Belenenses – Soc. Desp de Fut., SAD	A. A. C., Org. de Futebol, SDUQ, Lda
Marítimo da Madeira, Futebol, SAD	F. C. de Arouca, Futebol, SDUQ, Lda
C. D. Nacional Futebol, SAD	Gil Vicente F. C. – Futebol, SDUQ, Lda
Moreirense Futebol Clube, Futebol, SAD	Futebol Clube de Penafiel, SDUQ, Lda

Fonte: web site da Liga Portuguesa de Futebol Profissional<sup>3</sup>

**Quadro 3 - Clubes da Segunda Liga**

C. D. Tondela – Futebol, SDUQ, Lda	Portimonense Futebol, SAD
C. F. União da Madeira, Futebol SAD	C. O. de Lisboa - Futebol SDUQ, Lda
G. D. de Chaves – Futebol SAD	S. C. Olhanense - Futebol SAD
S. C. da Covilhã – Futebol, SDUQ, Lda	U. D. Oliveirense – Futebol, SDUQ, Lda
C. D. Feirense – Futebol, SDUQ, Lda	C. D. Aves – Futebol, SDUQ, Lda
S. C. Freamunde – Futebol SAD	Santa Clara Açores – Futebol SAD
S. C. Beira-Mar, Futebol SAD	Leixões Sport Clube, Futebol SAD
S. C. Farense – Algarve Futebol, SAD	Atlético Clube de Portugal – Futebol SAD
Académico de Viseu F. C., SDUQ, Lda	C. D. Trofense, Futebol, SDUQ, Lda

Fonte: web site da Liga Portuguesa de Futebol Profissional<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Disponível em : <http://www.ligaportugal.pt/ouu/clube/20142015/primeiraliga>, acedido em 11 Abril 2015.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.ligaportugal.pt/ouu/clube/20142015/segundaliga>, acedido em 11 Abril 2015.



Na definição da amostra decidiu-se incluir os clubes que competem na primeira e segunda ligas, constituída por um total de quarenta e duas equipas profissionais. No entanto, excluí-se da amostra as seis equipas “b”, uma vez que a equipa principal dos referidos clubes estão já incluídas na amostra. Por essa razão, o inquérito foi enviado aos trinta e seis clubes em competição nas ligas profissionais de futebol.

### **7.3 – Análise e interpretação dos resultados do inquérito**

Neste subcapítulo apresentar-se-ão os resultados finais do inquérito enviado aos trinta e seis clubes participantes nas principais ligas profissionais de futebol, primeira e segunda ligas, referente à época desportiva 2014/2015. Os resultados finais serão complementados com a análise e interpretação de cada uma das questões incluídas no inquérito, de modo a identificar como é que os clubes contabilizam os direitos desportivos dos jogadores de futebol adquiridos a terceiros, adquiridos a custo “zero” (jogadores “livres”) e os jogadores da formação.

Do inquérito enviado aos trinta e seis clubes profissionais de futebol, obtivemos a resposta de dezoito clubes, ou seja, cinquenta por cento (50%) dos clubes inquiridos. Consideramos que a percentagem de respostas obtidas são suficientemente relevantes para concluir genericamente qual é a prática dos clubes relativamente à matéria questionada no presente inquérito.

A confidencialidade das respostas é uma limitação da investigação. A identificação das respostas de cada um dos clubes inquiridos permitiria uma análise mais abrangente à matéria em questão.

Apresentamos nos subcapítulos seguintes os resultados finais do inquérito enviado aos clubes.

#### **7.3.1 – Contabilização dos direitos desportivos de um jogador adquirido a terceiros**

A primeira questão do inquérito foi elaborada com o objetivo de identificar como é que os clubes registam contabilisticamente os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 4 - Contabilização dos direitos desportivos de um jogador adquirido a terceiros**

	Resultado	
	Quantidade	Percentagem
Ativo fixo intangível	15	83,33%
Custos com pessoal	3	16,67%
Ativo fixo intangível em curso		
Outra forma. Qual?		
Sem resposta		
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00%</b>

Os resultados finais da primeira questão demonstram que a maioria dos clubes, quinze clubes (83,33%), reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um ativo intangível. Uma minoria dos clubes, três clubes (16,67%), reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um custo com pessoal.

Realizamos uma investigação aos relatórios e contas anuais/trimestrais dos clubes da primeira e segunda ligas com o objetivo de identificar os clubes que reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um ativo intangível e os que reconhecem como um gasto do período (“custos com pessoal”).

Após uma análise aos relatórios e contas dos quatro principais clubes de futebol em Portugal (Porto SAD, Benfica SAD, Sporting SAD e Braga SAD) foi possível confirmar que os quatro clubes reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um ativo intangível.

De acordo com o relatório e contas da Benfica SAD, referente à época 2013/2014, os direitos desportivos dos jogadores de futebol adquiridos a terceiros são reconhecidos na rubrica “Ativos Intangíveis – Plantel de Futebol”. A rubrica “engloba os atletas sobre os quais a Benfica SAD detém os respetivos direitos de inscrição desportiva” e inclui “os gastos incorridos com a aquisição dos direitos dos jogadores profissionais de futebol. O

gasto de aquisição inclui as importâncias despendidas a favor da entidade transmitente, os encargos com prémios de assinatura pagos aos jogadores e os encargos com serviços de intermediários” (Benfica SAD, 2015 a, p. 106 e 139).

Segundo o relatório e contas da Porto SAD, referente à época 2013/2014, os direitos desportivos dos jogadores de futebol adquiridos a terceiros são reconhecidos pela sociedade na rubrica “Ativo Intangível - Valor do Plantel”. Esta rubrica “inclui os custos associados à aquisição dos direitos de inscrição desportiva dos jogadores (“passes”) incluindo encargos com serviços de intermediação, bem como os encargos incorridos com o prémio de assinatura do contrato de trabalho desportivo pago aos jogadores” (Porto SAD, 2014, p. 37).

O relatório e contas da Sporting SAD, referente à época 2013/2014, informa que os direitos desportivos dos jogadores de futebol adquiridos a terceiros são incluídos na rubrica “Ativos Intangíveis – Valor do Plantel”. Nesta rubrica inclui-se “os custos incorridos com a aquisição dos direitos desportivos dos jogadores profissionais de futebol (Valor do Plantel), e demais despesas relacionadas, tais como comissões de intermediação e prémios de assinatura, líquidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade. Desta forma, o custo de aquisição compreende as importâncias despendidas a favor da entidade transmitente do jogador e dos intermediários na transação” (Sporting SAD, 2014, p. 90).

O relatório e contas da Braga SAD, referente à época 2013/2014, refere que a rubrica “Ativos Intangíveis” engloba “todos os gastos incorridos com a aquisição dos direitos de inscrição desportiva (“passes”) dos jogadores profissionais de futebol e demais despesas relacionadas, tais como encargos com serviços de intermediação e prémios de assinatura (...) custo de aquisição compreende as importâncias despendidas a favor da entidade transmitente do jogador e dos intermediários na transação” (Braga SAD, 2014, p. 62).

A maioria dos clubes profissionais de futebol em Portugal não disponibilizam os seus relatórios e contas no *website* do respetivo clube, o que dificulta imenso a pesquisa de informações que identifiquem quais são clubes que reconhecem os direitos desportivos

dos jogadores de futebol adquiridos a terceiros como um gasto do período (“custo com pessoal”).

Perante a indisponibilidade de acesso à maioria dos relatórios e contas dos diversos clubes, realizamos uma investigação às demonstrações financeiras disponíveis na base de dados “*Amadeus*”<sup>5</sup>. A pesquisa na base de dados “*Amadeus*” foi com o objetivo de identificar os clubes que eventualmente não reconhecem qualquer ativo intangível no balanço da respetiva sociedade desportiva.

A investigação permitiu-nos identificar que existem sete clubes (Os Belenenses, Académico de Viseu F.C., S.C. da Covilhã, C. F. União da Madeira, C. D. Aves, C. D. Trofense e U. D. Oliveirense) que não reconheceram qualquer ativo intangível no exercício de 2013. Relativamente aos sete clubes mencionados, com exceção do Belenenses, a base de dados “*Amadeus*” disponibiliza apenas as demonstrações financeiras do ano de 2013, impossibilitando uma avaliação aos clubes por um período mais alargado. De entre os sete clubes referidos, apenas o U. D. Oliveirense tem um *website* com o relatório e contas disponível.

Após uma análise ao relatório e contas da União Desportiva Oliveirense (2010), foi possível verificar que o clube não reconhece no balanço qualquer ativo intangível entre os anos 2007 e 2010. A demonstração de resultados, na rubrica de “custos com pessoal”, entre os anos 2007 e 2010, registou um aumento dos custos em 290 % aproximadamente, cerca de 350 mil euros/ano. A variação registada na rubrica de “custos com pessoal”, neste caso em concreto, poderá ser um sinal que comprova a existência de uma política no clube que prefere reconhecer os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um custo com pessoal (U. D. Oliveirense, 2010).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://amadeus.bvdinfo.com/ip>, acedido em 27 Junho 2015.

### 7.3.2 – Contabilização dos direitos desportivos de um jogador “livre”

A segunda questão foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar como é que os clubes registam contabilisticamente os direitos desportivos dos jogadores “livres” contratados a “custo zero”.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 5 - Contabilização dos direitos desportivos de um jogador de futebol "livre"**

	Resultado	
	Quantidade	Percentagem
Ativo fixo intangível	11	61,11%
Custos com pessoal	5	27,78%
Ativo fixo intangível em curso		
Outra forma. Qual?	2	11,11%
Sem resposta		
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00%</b>

A aquisição dos direitos desportivos de um jogador “livre” contratado a custo “zero” significa que o clube contratante não tem que pagar um preço de transferência para adquirir o “passe” do atleta. No entanto, os clubes contratantes, por norma, pagam um prémio de assinatura ao jogador e comissões aos intermediários do negócio.

Analizamos as respostas da segunda questão do inquérito e verificamos que existem entre os clubes diferentes formas de contabilizar os direitos desportivos dos jogadores “livres”. A maioria dos clubes, onze clubes (61,11%), reconhecem os direitos desportivos dos jogadores “livres” como um ativo intangível. Uma parte significativa dos clubes, cinco clubes (27,78%), reconhecem os direitos desportivos dos jogadores “livres” como um custo com pessoal. Uma minoria dos clubes, dois clubes (11,11%), optaram pela resposta d) “Outra forma”, ou seja, os dois clubes entendem que não existe um valor a atribuir aos direitos desportivos dos jogadores “livres” adquiridos a custo “zero” e, por isso, não os reconhecem como um ativo intangível. No entanto, os dois clubes não esclarecem especificamente como reconhecem as despesas relacionadas com

a contratação dos jogadores “livres” (prémios de assinatura e comissões) mas presume-se que será como um gasto do período.

Realizamos uma pesquisa na imprensa nacional para identificar jogadores “livres” adquiridos a “custo zero” em Portugal nas últimas épocas. Foi possível confirmar a contratação de jogadores “livres” pelo Sport Lisboa e Benfica<sup>6</sup> em 2014 e pelo Sporting Clube de Braga<sup>7</sup> em 2013. Após uma análise aos relatórios e contas da Benfica SAD (2015 c) e Braga SAD (2014) verificamos que os clubes reconheceram os jogadores “livres” contratados a custo “zero” como um ativo intangível.

Na análise ao relatório intercalar da Benfica SAD (2015 c), referente ao 3º Trimestre da época 2014/2015, verificou-se que os direitos desportivos dos jogadores “livres” são contabilizados como um ativo intangível, na rubrica “Ativos Intangíveis – Plantel de futebol”. O referido relatório cita que “o aumento verificado na rubrica plantel de futebol no montante de 33.912 milhares de euros respeita essencialmente às aquisições de direitos de atletas, os quais incluem as importâncias despendidas a favor da entidade cedente, encargos com prémios de assinatura pagos aos atletas e encargos com serviços prestados por intermediários, assim como os efeitos da atualização financeira. As principais aquisições respeitam essencialmente aos direitos dos atletas (...)”. A Benfica SAD informa no relatório intercalar (2015), de forma implícita, que os direitos desportivos dos jogadores “livres” são reconhecidos na rubrica “Ativos Intangíveis – Plantel de futebol”. (Benfica SAD, 2015 c, p. 22)

No relatório e contas anual do Sporting Clube de Braga (Braga SAD, 2014), referente à época 2013/2014, está explícito quais são os ativos intangíveis materialmente relevantes da sociedade desportiva, ou seja, descreve individualmente quais são os jogadores de futebol do plantel que estão incluídos na rubrica “Ativos intangíveis – Valor do Plantel”. Na rubrica “Ativos intangíveis – Valor do Plantel” estão incluídos os direitos desportivos de um jogador “livre” contratado a custo “zero” em 2013, evidenciando que

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content\\_id=4121944](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content_id=4121944), acessado em 24 Junho 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=3102909](http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=3102909), acessado em 23 Junho 2015.

os direitos desportivos dos jogadores “livres” podem ser reconhecidos como um ativo intangível da sociedade desportiva.

O relatório e contas do Sporting Clube de Braga faz também referência à “existência de um conjunto significativo de atletas que se encontram valorizados praticamente a custo zero, nomeadamente todos os provenientes da formação e os que foram contratados sem encargos financeiros para a SAD” (Braga SAD, 2014, p. 31).

### **7.3.3 – Contabilização de um jogador da formação interna com contrato de formação**

A terceira questão foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar como é que os clubes registam contabilisticamente os direitos desportivos dos jogadores da formação, integrados no plantel da equipa principal (sénior) e com um contrato de formação.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 6 - Contabilização de um jogador de futebol da formação interna**

	Resultado	
	Quantidade	Percentagem
Ativo fixo intangível	5	27,78%
Custos com pessoal	8	44,44%
Ativo fixo intangível em curso		
Outra forma. Qual?	3	16,67%
Sem resposta	2	11,11%
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00%</b>

No capítulo 6 foi apresentada a proposta de Cruz (2012) que descreve o tratamento contabilístico dos dispêndios com a formação dos jogadores. Na opinião de Cruz (2012), a formação de um jogador de futebol é muito semelhante aos projetos de investigação e de desenvolvimento e, como tal, os custos de formação dos jogadores devem ser reconhecidos como um ativo intangível a partir do momento que preencham todos os requisitos estabelecidos pela IAS 38.

As respostas obtidas no inquérito comprovam que não existe um critério homogéneo entre os clubes para a contabilização dos direitos desportivos de um jogador da formação interna.

Os resultados do inquérito revelam que cinco clubes (27,78%) reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação interna, incluídos no plantel principal, com contrato de formação, como um ativo intangível da sociedade desportiva. Uma parte significativa dos clubes inquiridos, oito clubes (44,44%), admitem que os direitos desportivos dos jogadores da formação, incluídos no plantel principal, com contrato de formação, são reconhecidos na rubrica “custo com pessoal”. Uma pequena parte dos clubes, três clubes (16,67%), optaram pela resposta d) “Outra forma”, ou seja, os três clubes entendem que os direitos desportivos dos jogador da formação interna não tem qualquer valor contabilístico e, por isso, não devem ser contabilizados na rubrica “Ativos Intangíveis”. Nesta questão, dois clubes (11,11%) optaram por não responder.

Após uma análise aos relatórios e contas disponíveis foi possível identificar a forma como a Benfica SAD contabiliza os direitos desportivos dos jogadores da formação sem um contrato profissional. De acordo com o relatório e contas anual da Benfica SAD (2013), referente ao exercício 2012/2013, os direitos desportivos dos jogadores da formação interna do clube não são reconhecidos como um ativo intangível antes da formalização de um contrato profissional.

O relatório da Benfica SAD (2013) refere que “os gastos com transferências de atletas incluem as comissões pagas a agentes nas alienações de atletas, os encargos com as aquisições de direitos desportivos de atletas de formação (com os quais não são celebrados contratos de trabalho desportivo e, por esse motivo, o investimento não é registado como ativo intangível)” (Benfica SAD, 2013, p. 139).

#### **7.3.4 – Celebração de contrato profissional: critério fundamental no reconhecimento dos direitos desportivos de um jogador como um ativo intangível**

A quarta questão foi incluída no inquérito com o objetivo de verificar se a assinatura de um contrato profissional é considerado pelos clubes um critério fundamental para o



reconhecimento dos direitos desportivos de um jogador da formação como um ativo intangível.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 7 - Celebração de contrato profissional: critério fundamental no reconhecimento dos direitos desportivos de um jogador como ativo um intangível**

	Resultado	
	Quantidade	Percentagem
Sim	11	61,11%
Não	6	33,33%
Sem resposta	1	5,56%
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00%</b>

Conforme já tínhamos referenciado no subcapítulo 6.5.1, Cruz (2012) entende que a celebração de um contrato profissional determina que estão reunidas as condições para a capitalização dos direitos desportivos dos jogadores.

Após uma análise aos resultados do inquérito, verificamos que existe uma divisão de opiniões relativamente a esta matéria. A maioria dos clubes, onze clubes (61,11%), concordam que a celebração de um contrato profissional, entre o jogador e o clube formador, é um critério fundamental para reconhecer os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível. No entanto, seis clubes (33,33%) não concordam que o referido critério seja fundamental para o reconhecimento dos direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível. Apenas um clube (5,56%) optou por não responder a esta questão.

Analizamos os relatórios e contas dos clubes profissionais de futebol em Portugal e não foi possível obter informações que nos permitam determinar com rigor quais são os clubes que consideram, ou não, fundamental a celebração de um contrato profissional para o reconhecimento dos direitos desportivos do jogador da formação como um ativo intangível. No entanto, identificamos informações nos relatórios e contas da Benfica

SAD, referentes aos exercícios 2009/2010 e 2012/2013, que comprovam que a celebração de um contrato profissional é para o clube um critério fundamental para a capitalização dos direitos desportivos dos jogadores da formação.

O relatório e contas da Benfica SAD (2013) refere que “os gastos com transferências de atletas incluem as comissões pagas a agentes nas alienações de atletas, os encargos com as aquisições de direitos desportivos de atletas de formação (com os quais não são celebrados contratos de trabalho desportivo e, por esse motivo, o investimento não é registado como ativo intangível)” (Benfica SAD, 2013, p. 139).

O relatório e contas da Benfica SAD (2010) refere que, “realizaram-se investimentos no reforço do plantel da equipa de futebol profissional no valor de 37,1 milhões de euros, estando o referido investimento essencialmente relacionado com as aquisições dos direitos desportivos (...) para além de investimentos em atletas da formação (...) dentro destes investimentos em atletas da formação contemplam-se novas contratações ou celebrações de contratos de trabalho profissionais desportivos” (Benfica SAD, 2010, p. 20).

De acordo com os relatórios e contas da Benfica SAD (2013) e Benfica SAD (2010), os direitos desportivos dos jogadores oriundos da formação apenas serão reconhecidos como um ativo intangível após a celebração de um contrato profissional.

Os resultados do presente inquérito, de acordo com a opinião de Cruz (2011), confirmam que os clubes geralmente não reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível e, se reconhecem, é por um valor que não corresponde aos custos “reais” da formação.

### **7.3.5 – Grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação de um jogador de futebol**

A quinta questão foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar qual é o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação de um jogador em cada um dos clubes inquiridos.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 8 – Grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação de um jogador de futebol**

	Resultado	
	Quantidade	Percentagem
Muito elevado	2	11,11%
Elevado	1	5,56%
Razoável	8	44,44%
Baixo	7	38,89%
Sem resposta		
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00%</b>

Conforme foi referido no subcapítulo 5.2, o reconhecimento de um ativo intangível, independentemente de ser adquirido externamente ou gerado internamente, só é possível se o recurso gerar benefícios económicos futuros para a entidade e a possibilidade de mensurar o custo do ativo com fiabilidade.

Na formulação da questão foi criada uma classificação – Muito elevado, Elevado, Razoável e Baixo - de modo a determinar o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação de um jogador de futebol em cada um dos clubes inquiridos.

Uma minoria dos clubes inquiridos, três clubes (16,67%), classificaram o grau de fiabilidade como “Elevado” e “Muito elevado”. Apenas um dos três clubes (5,56%) considerou o grau de fiabilidade como “Elevado” enquanto que os outros dois clubes (11,11%) consideraram como “Muito elevado” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos da formação.

A parte mais significativa dos clubes, quinze clubes (83,33%), admitiram que o grau de fiabilidade classificam-se como “Razoável” e “Baixo”, ou seja, oito clubes (44,44%) classificam o grau de fiabilidade como “Razoável” e sete clubes (38,89%) o classificam como “Baixo”.

Conforme foi referenciado no subcapítulo 5.2, a norma internacional contabilística (IAS 38) exige que se cumpram certos requisitos, inclusive a mensuração fiável dos custos dos ativos. Cañibano (2012), por exemplo, considera que existem dificuldades em estimar fiavelmente os custos do ativo e, por essa razão, muitas das vezes se reconhecem os investimentos em intangíveis como um gasto do período.

Pelos resultados obtidos no inquérito, é possível concluir que uma parte significativa dos clubes consideram como “Baixo” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos da formação interna dos jogadores.

### **7.3.6 – Tipos de instrumentos utilizados para cálculo dos custos de formação de um jogador de futebol**

A sexta questão foi incluída no inquérito com o objetivo de identificar os tipos de instrumentos contabilísticos utilizados pelos clubes para o cálculo dos custos da formação interna dos jogadores de futebol.

As respostas obtidas foram as seguintes:

**Quadro 9 - Tipos de instrumentos utilizados para cálculo dos custos de formação de um jogador de futebol**

	Resultado	
	Quantidade	Percentagem
Contabilidade analítica	3	16,67%
Fórmula de cálculo que consta no Regulamento FIFA, Anexo 4 – compensação por formação	4	22,22%
Não se calcula os custos de formação	11	61,11%
Outra forma. Qual?		
Sem resposta		
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,00%</b>

Conforme foi referenciado nos subcapítulos 6.5.1 e 6.5.2, Cruz (2012) e Ribeiro e Nogueira (2007) defendem dois tipos de instrumentos contabilísticos diferentes para a

valorização dos direitos desportivos dos jogadores da formação. A contabilidade analítica e a fórmula de cálculo do regulamento da FIFA, respetivamente.

Os resultados do inquérito permite-nos identificar qual é a percentagem dos clubes que calculam os custos de formação dos jogadores e que tipos de instrumentos contabilísticos são utilizados pelos clubes para valorizar os direitos desportivos dos jogadores da formação.

O resultado do inquérito permite-nos concluir que uma maioria substancial dos clubes, onze clubes (61,11%), não calculam os custos de formação dos jogadores. Os resultados também comprovam que existem quatro clubes (22,22%) que calculam os custos de formação dos jogadores através da fórmula de cálculo do regulamento FIFA – compensação por formação. Apenas três clubes (16,67%) calculam os custos de formação dos jogadores com base na contabilidade analítica.

Pelos resultados obtidos no inquérito, concluímos que a maioria dos clubes de futebol em Portugal não calculam os custos da formação interna dos jogadores. É um indicador que nos pode ajudar a compreender a razão pela qual a maioria dos clubes não reconhecem os jogadores da formação como um ativo intangível.

#### **7.4 – Considerações finais do inquérito**

Finalizada a apresentação dos resultados de cada uma das questões incluídas no inquérito, iremos de seguida fazer uma apreciação global dos resultados.

Os clubes profissionais de futebol em Portugal quando adquirem a terceiros os direitos desportivos dos jogadores, de um modo geral, reconhecem os direitos desportivos como um ativo intangível valorizado pelo custo de aquisição - preço de transferência, custos de intermediação, entre outros custos. Os resultados da primeira questão, tal como no inquérito desenvolvido em 2003 por Constantino (2006), confirmam que a esmagadora maioria dos clubes reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um ativo intangível. Contudo, uma minoria dos clubes optam por uma política contabilística diferente e reconhecem os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros como um gasto do período (custo com pessoal).

Relativamente ao reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores “livres” contratados a “custo zero”, o resultados demonstram falta de consenso entre os diversos clubes de futebol profissional. A falta de consenso justifica-se pelo facto de não existir na realidade uma transferência dos direitos desportivos e o pagamento de um preço de transferência, ou seja, não existe um preço de aquisição dos direitos desportivos dos jogadores “livres”. No entanto, é conveniente salientar que a contratação de jogadores “livres” implica normalmente custos para os clubes que os contratam (prémios de assinatura e comissões de intermediação). Deste modo, existem os clubes que optam por reconhecer os custos como um ativo intangível e, por outro lado, existem os clubes que reconhecem os custos como um gasto do período.

No presente inquérito ficou explícito que a maioria dos clubes inquiridos, onze clubes (61,11%), optam por reconhecer os custos com a contratação dos jogadores “livres” como um ativo intangível e uma outra parte dos clubes, cinco clubes (27,78%), optam por reconhecer esses mesmos custos como um gasto do período (custo com pessoal).

Os resultados do inquérito elaborado em 2003 por Constantino (2006) relativamente a esta questão, foram consideravelmente diferentes. Apenas dois clubes (9%) reconheciam os custos com a contratação dos jogadores “livres” (prémios de assinatura) como um ativo intangível, dez clubes (45%) reconheciam como um custo com pessoal e sete clubes (35%) reconheciam como acréscimos e diferimentos.

Comparando os resultados do atual inquérito com os resultados do inquérito desenvolvido por Constantino (2006) conclui-se que existe uma inversão da tendência, ou seja, se a maioria dos clubes reconhecia os custos com a contratação dos jogadores “livres” como um custo com pessoal, atualmente a maioria dos clubes reconhecem esses mesmos custos como um ativo intangível.

A contabilização dos dispêndios com a formação dos jogadores é uma questão que não é unânime entre os diversos clubes de futebol profissional em Portugal. No inquérito elaborado por Constantino (2006), também referenciado por Cruz (2012), concluiu-se que a maioria dos clubes profissionais portugueses, dezoito clubes (82%), reconhecem as despesas da formação como um gasto do período e apenas uma minoria dos clubes, quatro clubes (18%), reconhecem esses dispêndios como um ativo intangível.

Cruz (2011) elaborou um inquérito sobre a mesma temática e concluiu que entre os dezasseis clubes portugueses da amostra, onze clubes (cerca de 69%) não reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível, quatro clubes (cerca de 25%) reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível e apenas um clube (cerca de 6%) não respondeu à questão. De entre os onze clubes que não reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível, oito clubes entendem que não existe um critério de valorização fiável.

No presente inquérito pretendeu-se averiguar como é que os clubes contabilizam os jogadores da formação já integrados no plantel da equipa principal (sénior) e com contrato de formação.

Os resultados do inquérito indicam que uma parte significativa dos clubes, oito clubes (44,44%), contabilizam os jogadores da formação como um gasto do período (custo com pessoal). Uma parte menos significativa dos clubes, cinco clubes (27,78%), admitem reconhecer os jogadores da formação como um ativo intangível. Uma minoria dos clubes, três clubes (16,67%), optaram pela resposta d) “Outra forma”, ou seja, os clubes admitem que não reconhecem as despesas da formação como um ativo intangível, contudo não especificam como reconhecem as despesas da formação mas presume-se que reconhecem como um gasto do período.

De entre os oito clubes (44,44%) que reconhecem os custos com os jogadores da formação como um gasto do período (custo com pessoal), dois clubes calculam os custos de formação com base na contabilidade analítica, dois clubes calculam os custos de formação através da fórmula de cálculo do regulamento da FIFA e quatro clubes admitem que não calculam os custos de formação dos jogadores. Os dois clubes que se baseiam na contabilidade analítica para o cálculo dos custos de formação classificam como “Razoável” e “Muito Elevado” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação. Os dois clubes que calculam os custos de formação com base na fórmula de cálculo do regulamento da FIFA classificam como “Razoável” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação. Os quatro clubes que não calculam os custos de

formação classificam como “Baixo” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação.

Os cinco clubes (27,78%) que admitem capitalizar os direitos desportivos dos jogadores integrados no plantel da equipa principal (sénior) e com contrato de formação, não calculam os custos de formação dos jogadores e consideram que a assinatura de um contrato profissional é um critério fundamental para o reconhecimento do “passe” do jogador como um ativo intangível. De entre os cinco clubes que capitalizam os direitos desportivos dos jogadores da formação, dois clubes classificam como “Baixo” o grau de fiabilidade o grau de mensuração dos custos de formação e três clubes classificam como “Razoável”. Por isso, presume-se que os cinco clubes estejam a capitalizar os direitos desportivos dos jogadores da formação somente após a assinatura de um contrato profissional e com base nos custos suportados com a celebração do contrato profissional. Conforme a opinião de Cruz (2011), os clubes normalmente não reconhecem os direitos desportivos dos jogadores da formação como um ativo intangível e quando reconhecem é por um valor que não corresponde aos custos “reais” da formação. Presumimos pelas respostas dos clubes que, na prática, os jogadores oriundos da formação integrados no plantel principal já têm contrato profissional e terá sido essa a interpretação dos clubes inquiridos.

De entre os três clubes (16,67%) que optaram pela resposta d) “Outra forma”, um clube admite calcular os custos de formação com base na contabilidade analítica e dois clubes admitem que não calculam os custos de formação. O clube que admite calcular os custos de formação com base na contabilidade analítica classifica como “Muito Elevado” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação e calcula os custos de formação de uma forma geral e não de um jogador especificamente. O mesmo clube admitiu a possibilidade de dividir os custos anuais de formação pelo número de jogadores que chegam à equipa principal, no entanto, entende que essa forma de partilhar os custos não é o mais justo porque a formação resulta do contributo de inúmeros jogadores, inclusive os jogadores que não chegam à equipa principal. Os dois clubes que não calculam os custos de formação classificaram como “Razoável” o grau de fiabilidade na mensuração dos custos de formação dos jogadores e entendem que os



direitos desportivos não devem ser reconhecidos como um ativo intangível porque não têm um valor contabilístico.

## **8 - Conclusão**

O trabalho que apresentamos sobre o tema – “Tratamento contabilístico dos direitos desportivos dos jogadores de futebol da formação nas sociedades desportivas” – foi desenvolvido e dividido em duas partes distintas.

A primeira parte do trabalho foi desenvolvida com o objetivo de abordar a literatura relacionada com os ativos intangíveis, mais especificamente os direitos desportivos dos jogadores de futebol. Os ativos intangíveis, de acordo com a norma internacional de contabilidade (IAS 38), são os ativos sem substância física, controlados pelas sociedades, identificáveis e do qual se esperam benefícios económicos futuros.

Os direitos desportivos dos jogadores de futebol, na opinião de Cruz (2006 a), são os principais ativos das sociedades desportivas e, como tal, devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, se cumprirem os critérios que estão definidos na IAS 38. No entanto, nem sempre é possível cumprir todos os critérios exigidos pela IAS 38 porque existem clubes de futebol profissional em Portugal que não tem condições para valorizar fiavelmente os custos de formação dos jogadores, impossibilitando-os de capitalizar esses mesmos custos.

Apresentamos duas ferramentas de mensuração que podem dar um grande contributo na valorização dos custos de formação dos jogadores de futebol, nomeadamente a Contabilidade Analítica e a fórmula de cálculo da compensação por formação que consta no regulamento FIFA, defendidas por Cruz (2012) e Ribeiro e Nogueira (2007), respetivamente.

Na segunda parte do trabalho apresentamos os resultados e a análise do inquérito desenvolvido para esta investigação. As respostas dos clubes foram fundamentais para ajudar a esclarecer algumas das dúvidas e discussões acerca do reconhecimento e mensuração dos direitos desportivos dos jogadores de futebol em Portugal.

Os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros são reconhecidos como ativos intangíveis pela esmagadora maioria dos clubes em Portugal. Os direitos desportivos dos jogadores transferidos entre dois clubes, mediante o pagamento de um

preço de transferência, são valorizados fiavelmente conforme é exigido pela norma internacional de contabilidade (IAS 38).

Os direitos desportivos dos jogadores “livres” adquiridos a “custo zero” não são contabilizados da mesma forma por todos os clubes de futebol profissional em Portugal. Existem os clubes (a maioria) que entendem que devem reconhecer os direitos desportivos dos jogadores “livres” como um ativo intangível e, por outro lado, existe uma minoria (clubes) que opta por reconhecer os direitos desportivos dos jogadores “livres” como um gasto do período.

A contratação dos direitos desportivos dos jogadores “livres” não implica o pagamento de um preço de transferência e, por isso, não existe um valor de aquisição do passe do jogador. A inexistência de um custo de aquisição do passe dos jogadores “livres” contribui definitivamente para as diferentes formas de contabilização dos direitos desportivos dos jogadores “livres” entre os diversos clubes.

Uma minoria dos clubes em Portugal consideram que os passes dos atletas adquiridos a “custo zero” não devem ser capitalizados. Contudo, os clubes que não reconhecem qualquer valor do passe na rubrica “Ativos Intangíveis”, contabilizam como um gasto do período (“custos com pessoal”) os custos relacionados com contratação de jogadores “livres”, nomeadamente os custos relacionados com o pagamento de prémios de assinatura ao jogador e pagamento de comissões aos intermediários. A maioria dos clubes capitalizam os direitos desportivos dos jogadores “livres”, ou seja, reconhecem os custos com os prémios de assinatura e as comissões de intermediação na rubrica “Ativos Intangíveis”.

A capitalização dos direitos desportivos dos jogadores da formação é um tema bastante controverso. Não existe unanimidade quanto à forma de contabilizar os custos de formação dos jogadores de futebol e o inquérito desenvolvido na investigação comprovou que existe definitivamente uma divergência de opiniões entre os clubes profissionais de futebol em Portugal. O inquérito permitiu-nos concluir que a maioria substancial dos clubes entendem que os custos de formação dos jogadores integrados no plantel principal devem ser reconhecidos como um gasto do período. Contudo, existem

uma minoria dos clubes que consideram existir condições para capitalizar os custos de formação dos jogadores integrados no plantel principal.

A maioria dos clubes de futebol profissional em Portugal muito provavelmente não tem uma estrutura com um departamento de contabilidade analítica que lhes permitam calcular os custos de formação dos jogadores com o grau de fiabilidade exigida pela norma internacional de contabilidade (IAS 38). De acordo com os resultados do inquérito e a opinião de Cruz (2011), os direitos desportivos dos jogadores da formação geralmente não são reconhecidos como um ativo intangível porque a maioria dos clubes não tem um sistema de custeio que lhes permitam valorizar fiavelmente os custos de formação dos jogadores de futebol.

As conclusões obtidas na presente investigação basearam-se fundamentalmente do inquérito (por questionário) desenvolvido para o efeito. Porém, o método de investigação adotado (inquérito) para a dissertação tem algumas limitações. Um inquérito enviado por correio eletrónico dificilmente obteria um índice elevado de respostas. Foi possível obter as respostas de cinquenta por cento (50%) dos clubes inquiridos. No entanto, um índice de respostas mais elevado permitiria dar uma maior consistência às conclusões da investigação. O inquérito incluiu questões fechadas com respostas predefinidas, limitando de algum modo as respostas dos clubes inquiridos numa matéria relativamente complexa como é o reconhecimento e a mensuração dos direitos desportivos dos jogadores da formação. Há o risco de obter respostas dos clubes que não correspondem à realidade e, neste caso, enviesar as conclusões do estudo. Os clubes podem responder às questões do inquérito sem revelar propositadamente as opções contabilísticas que tomam na prática ou podem responder com base numa interpretação incorreta de algumas das questões incluídas no inquérito. A indisponibilidade de acesso da maioria dos relatórios e contas dos clubes profissionais de futebol em Portugal também foi uma limitação da investigação.

Numa futura investigação sobre o tema da contabilização dos direitos desportivos dos jogadores, principalmente os jogadores oriundos da formação, seria interessante aprofundar o estudo sobre algumas das questões que continuam a levantar dúvidas e que merecem ser esclarecidas.

Uma investigação a desenvolver no futuro sobre esta matéria seria útil procurar as respostas que justifiquem os motivos que influenciam os clubes (minoria) a não capitalizar os direitos desportivos dos jogadores adquiridos a terceiros, os motivos que influenciam os clubes (minoria) a não capitalizar os direitos desportivos dos jogadores “livres” adquiridos a custo “zero” e por exemplo, os motivos que justifiquem a ausência de um sistema de custeio que permitam aos clubes mensurar com fiabilidade os custos de formação dos jogadores.

Uma investigação futura desta natureza seria recomendável o desenvolvimento de um inquérito sem confidencialidade das respostas, de modo a identificar as respostas de cada um dos clubes e a elaborar uma investigação mais abrangente. A Teoria Positiva da Contabilidade defende que as escolhas não são neutras. Seria muito interessante desenvolver uma investigação que permita associar as escolhas contabilísticas com a situação financeira de cada um dos clubes, ou seja, um estudo que avalie se as diferentes formas de contabilização dos direitos desportivos dos jogadores variam consoante o grau de autonomia financeira, grau de endividamento, dimensão do clube, entre outros fatores. É de esperar que os clubes que capitalizam os direitos desportivos dos jogadores são os que têm maiores níveis de endividamento.

## Referências

Alonso, A. A. B. (2004), “Modelo de valoración de clubes de fútbol basado en los factores clave de su negocio”, Universidad de Navarra, Facultad de Ciencias económicas y empresariales, Pamplona, <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/13158/1/>, acedido em 28 setembro 2014.

Amadeus. (2015), “A database of comparable financial information for public and private companies across Europe”, <https://amadeus.bvdinfo.com/>, acedido em 27 julho 2015.

Amir, E. e Livne, G. (2005), “Accounting, Valuation and Duration of Football Player Contracts”, *Journal of Business Finance & Accounting*, Vol. 32, pp. 549–586.

Antunes, L. (2014), “Benfica confirma contratação de Jonas a custo zero”, Jornal de Notícias, [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content\\_id=4121944](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content_id=4121944), acedido em 24 junho 2015.

Auletta, M. (2014), “Derechos y beneficios económicos em el futbol profesional. Breve análisis jurídico de las transferencias de futbolistas profesionales y de algunos negócios”, *Revista Republicana*, Nº 16, pp. 17-43. <http://revista.urepublicana.edu.co/wp-content/uploads/2014/12/Derechos-y-Beneficios-Economicos.pdf>, acedido em 5 abril 2015.

Benfica, SAD (2010), “Relatório e Contas Anuais 2009/2010”, [http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/Prestacao%20de%20Contas/Contas%20Anuais/Contas%20anuais\\_06-12-2010.pdf](http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/Prestacao%20de%20Contas/Contas%20Anuais/Contas%20anuais_06-12-2010.pdf), acedido em 27 maio 2015.

Benfica, SAD (2013), “Relatório e Contas Consolidado e Individual 2012/2013”, <http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/RelatorioContasBenficaSAD20122013.pdf>, acedido em 27 maio 2015.

Benfica, SAD (2015 a), “Relatório e Contas Consolidado e Individual 2013/2014”, <http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/RelatorioContasBenficaSAD20132014.pdf>, acedido em 27 maio 2015

Benfica, SAD (2015 b), “Relatório e Contas Consolidado e Individual 1.º Semestre 2014/2015”,

<http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/Relatorio1SemBenficaSAD20142015.pdf>, acessado em 5 maio 2015.

Benfica, SAD (2015 c), “Relatório Intercalar 3º Trimestre 2014/2015”,

<http://www.slbenfica.pt/Portals/0/Documentos/Relatorio3TrimBenficaSAD20142015.pdf>, acessado em 30 maio 2015.

Braga, SAD (2014), “Relatório e Contas 2013/2014”, <http://www.scbraga.pt/sc-braga/relatorio-e-contas-1/relatorio-e-contas-sporting-club-de-braga-futebol-sad-2013-2014>, acessado em 24 junho 2015.

Brommer, B.C. (2011), “Does the recognition of football players contracts require extra attention? Accounting, Valuation and Duration of Football player contracts. A re-examination with European data”, Master thesis Accounting, Tiburg University, Tiburg, the Netherlands, pp. 1-36.

Caiado, A. C. Pires (1997), *Contabilidade de Gestão*, Lisboa, Vislis Editores.

Câmara Municipal de Cascais (2004), *Cascais aqui nasceu o futebol em Portugal*, Quimera Editores.

Cañibano, L. (2012), “La relevancia de los intangibles en la información financiera”, Contaduría Universidad de Antioquia, N° 60, pp. 41-54.

Cañibano, L. e Clemente, A. G. (2006), “Los intangibles en las Normas Internacionales de Información Financiera”, Wolters Kluwer, España, pp. 5-19.

Castro, J. A. (2006), *História do futebol – Estórias da bola – Todos campeonatos do mundo*, Lisboa, Talento.

Circular nº 16/2011, de 19 de maio, “Cedência temporária de jogadores. Autoridade Tributária e Aduaneira”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/2E52B94F-5F51-4AE4-A849-A48CC222AA2C/0/Circular%20C.pdf>, acessado em 21 outubro 2014.

Circular nº 18/2011, de 19 de maio, “Cedência de direitos económicos relativos a direitos desportivos de jogadores. Autoridade Tributária e Aduaneira”, <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/D41D1A8F-280D-4DCC-8521-999D0AFB654D/0/Circular%20A.pdf> acedido em 21 outubro 2014.

Comissão de Normalização Contabilística (2009), “Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6 – Ativos Intangíveis”, [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_06\\_activos\\_intangiveis.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_06_activos_intangiveis.pdf), acedido em 26 outubro 2014.

Constantino, C. A. S. (2006), “A contabilização dos jogadores de futebol nas sociedades anónimas desportivas”, Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Faculdade de Economia do Porto.

Costa, D. e Leitão, P. (2002), “O modelo contabilístico e os intangíveis”, *Revista Ordem Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 30, pp. 28-33.

Cunha, R. G. D. L. (2009), “Divulgação de informação e direitos de inscrição desportiva sobre jogadores: Estudo da IAS 38 em clubes de futebol europeus”, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.

Cruz, S. (2006 a), “Direitos Desportivos sobre jogadores como ativos das organizações”, *Revista Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 76, pp. 24-36.

Cruz, S. (2006 b), “Direitos desportivos resultantes da formação: reconhecimento e mensuração”, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade de Aveiro.

Cruz, S. (2007), “Mensuração dos direitos resultantes da formação”, *Contabilidade e Gestão*, Nº 5, pp. 73-109.

Cruz, S. (2012), “Modelo de valorização do direito desportivo resultante da formação”, Dissertação de Doutoramento em Contabilidade, Universidade de Aveiro.



Cruz, S., Santos, L. L. e Azevedo, G. M. C. (2011), “Contabilização do direito desportivo sobre jogadores profissionais em clubes portugueses e brasileiros”, *Revista Universo Contábil*, Vol. 7, Nº 1, pp. 122-143.

Cruz, S., Santos, L. L. e Azevedo, G. M. C. (2012), “Modelo de valorização do direito desportivo resultante da formação”, vol. 10, nº 20, [http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/N%C2%BA\\_20/Sergio\\_Ravara\\_Luis\\_Lima\\_Gra%C3%A7a\\_Azevedo.pdf](http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/N%C2%BA_20/Sergio_Ravara_Luis_Lima_Gra%C3%A7a_Azevedo.pdf), acedido em 7 março 2015.

Decreto-Lei nº 67/97, de 03 de abril, “Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas”, Diário da República I Série-A nº 78.

Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, “Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais”, Diário da República n.º 18, Série I-A, de 25.01.2013.

Deloitte (2014), “IFRS ao seu alcance 2013/2014: Um guia para o aperfeiçoamento dos conceitos do padrão contábil global”, Brasil, pp. 1-132.

Domingos, A. M. C. R., Domingos, R. M. D. e Arsénio, S. M. F. (2009), “Ativos Intangíveis e seu tratamento numa concentração de atividades empresariais”, *Revista Ordem Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 112, pp. 33-36.

Federação Portuguesa de Futebol (2010), “Regulamento do Estatuto e Transferência de Jogadores FIFA”, <http://afbeja.fpf.pt/Portals/26/Documentos/Regulamentos/CO93.pdf>, acedido em 30 abril 2015.

Federação Portuguesa de Futebol (2014), “História”, <http://www.fpf.pt/Institucional/Sobre-FPF/Hist%C3%B3ria>, acedido em 8 outubro 2014.

Federation International Football Associations (2014), “The History of Football – The Global Groth”, <http://www.fifa.com/classicfootball/history/the-game/global-growth.html>, acedido em 7 outubro 2014.

Ghiglione, R., e Matalon, B. (2001). *O inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras, 4ª edição, Celta Editora.

Gomes, P., Serra, S. e Ferreira, E. (2005), “Ativos intangíveis: o grau de adaptação das empresas portuguesas cotadas na Euronext relativamente à IAS 38”, *Contabilidade e Gestão*, Nº 2, pp. 15-53.

Hernández, M. A. V. (2006), “Reconocimiento contable de los pagos a deportistas profesionales”, *Partida Doble*, Nº 175, pp. 32-39, <http://pdfs.wke.es/5/4/2/0/pd0000015420.pdf>, acedido em 3 outubro 2014.

IASB, International Financial Reporting Standards (2004), “IAS 38 Intangible Assets”, <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/PDFArchive?viewFile=9625>, acedido em 17 fevereiro 2015.

Kulikova, L. I. e Goshunova, A. V. (2014), “Human Capital Accounting in Professional Sport: Evidence from Youth Professional Football”, *Mediterranean Journal of Social Sciences*, Vol. 5, Nº 24, pp. 44-48.

Lei nº 28/98, de 26 de junho (alterada pela Lei nº 114/99, de 3 de agosto), “Estabelece o novo regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva e revoga o Decreto-Lei nº 308/95, de 18 de novembro”, *Diário da República* I Série-A nº 145, <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/LegislacaoDesporto/Jogadores/lei28.pdf>, acedido em 19 outubro 2014.

Lev, B. (2003), “Remarks on the Measurement, Valuation, and Reporting of Intangible Assets. Economic Policy Review”, Federal Reserve Bank of New York, September, pp. 17-22.

Liga Portugal (2009), “Contrato Coletivo de Trabalho entre a Liga Portuguesa de Futebol Profissional e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol”, <http://www.ligaportugal.pt/media/6777/cct-lpfp-sjpf.pdf>, acedido em 29 outubro 2014.

Liga Portugal (2015 a), “Liga NOS – Lista de clubes”, <http://www.ligaportugal.pt/ouo/clube/20142015/primeiraliga>, acedido em 11 abril 2015.

Liga Portugal (2015 b), “ Segunda Liga – Lista de clubes”, <http://www.ligaportugal.pt/ooou/clube/20142015/segundaliga>, acedido em 11 abril 2015.

Lozano, F. J. M. e Gallego, A. C. (2011), “Deficits of accounting in the valuation of rights to exploit the performance of professional players in football clubs. A case study”, *Journal of Management Control*, Vol.22, pp. 335-357.

Lusa (2013), “Luiz Carlos oficializado no Sporting Braga”, *Jornal de Noticias*, [http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=3102909](http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=3102909), acedido 23 junho 2015.

Meirim, J. M. (1995), *Dicionário Jurídico do Desporto* – Edições Record.

Moraes, A. I. e Lourenço, I. C. (2005), *Aplicação das Normas do IASB em Portugal*, Publisher Team, Lisboa.

Morrow (2006), “Impression management in football club financial reporting”, *International Journal os Sport Finance*, Vol. 1, pp. 96-108.

Moura, G. D., Theiss, V. e Cunha, P. R (2014), “Ativos intangíveis e gerenciamento de resultados: Uma análise em empresas brasileiras listadas na BM & FBOVESPA”, *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 11(2), pp. 111-122.

Nascimento, E. M., Oliveira, M. C., Marques, V. A. e Cunha, J. V. A. (2012), “Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial”, *UEM – Paraná*, Vol.31, Nº 1, pp. 37-52.

Nunes, A. B. e Valério, N. (1996), “Contribuição para a História do Futebol em Portugal”, Instituto Superior de Economia e Gestão, Gabinete de História Económica e Social, GHES Documento de trabalho/Working paper nº1, <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/907/1/WP1.pdf>, acedido em 9 outubro 2014.

Oprean V. B. e Oprisor T. (2014), “Accounting for soccer players: capitalization paradigm vs. expenditure”, *Procedia Economics and Finance*, Vol. 15, pp. 1647-1654.

Pavlovic, V., Milacic, S. e Ljumovic, I. (2014), “Controversies about the Accounting Treatment of Transfer Fee in the Football Industry”, *Management*, 70, pp. 17-24.

Pires, A. M. M. (2002), “Ativos Intangíveis: importância e relevância na determinação do valor da empresa”, *Revista Técnicos Oficiais de Contas*, N° 27, pp. 38-42.

Ponce, A.T. e Jaén, J. G. (2012), “Es necesaria una nueva adaptación contable para las sociedades anónimas deportivas?”, *Contabilidad sectorial*, N° 239, pp. 50-63, <http://pdfs.wke.es/1/9/0/3/pd0000071903.pdf>, acedido em 6 fevereiro 2015.

Porto, SAD (2014),” Relatório e Contas 2013/2014”, <http://www.fcporto.pt/Relatrios%20de%20Contas/RCIndividual20132014.pdf>, acedido em 5 maio 2015.

Presidência do Conselho de Ministros (2011), “Grupo de trabalho análise do regime jurídico e fiscal das sociedades desportivas”, Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/jmm\\_MA\\_16951.pdf](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jmm_MA_16951.pdf), acedido em 5 outubro 2014.

Raab, A. K. (2014), “The Universe is shaped like a Football: Football and Revolution”, *The International Journal of the History of Sport*, Vol.31, Issue 7, pp. 795-814.

Ribeiro, N. A. B. e Nogueira, S. P. S. (2007), “Contabilização dos jogadores de futebol das sociedades anónimas desportivas: uma abordagem teórica à luz da IAS 38”, *Jornal da Contabilidade*, N° 364, pp. 216-223.

Rodrigues, A. I. (2003), “Ativos Intangíveis: definição e classificação”, *Revista Técnicos Oficiais de Contas*, N° 34, pp. 40-45.

Rowbottom, N. (2002), “The application of intangible asset accounting and discretionary policy choices in the UK football industry”, *The British Accounting Review* 34 (4), pp. 335-355.

Ruijg, J. e Ophem, H. V. (2015), “Determinants of football transfers”, *Applied Economics Letters*, Vol. 22, Issue 1, pp. 12-19.

Sampaio, M. F. C., Pimpão, M. G. e Leitão, P. (2004), “Os intangíveis e a divulgação de informação”, *Revista Ordem Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 50, pp. 48-55.

Serapicos, E. N. (2002), “Características dos ativos intangíveis”, *Revista Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 30, pp. 46-47.

Solana, C. O. (2002), “Registro contable de pagos a deportistas: Según la adaptación sectorial del P.G.C. a S.A deportivas”, *Partida Doble*, Nº 133, pp. 18-27, <http://pdfs.wke.es/4/7/7/8/pd0000014778.pdf>, acedido em 6 fevereiro 2015.

Solana, C. O. (2005), “Los jugadores de sociedades anónimas deportivas: activación contable del coste de cantera”, 3.º Congreso de Agsport Andalucía, Las administraciones pública y los grandes eventos deportivos, Almeria, Espanha, <http://www.agesport.org/agesport/wp-content/uploads/2009/11/congreso2005-comunicacion1.pdf>, acedido em 8 outubro 2014.

Sporting, SAD (2014), “Relatórios e Contas 2013/2014”, [http://www.sporting.pt/incscp/pdf/investor\\_relations/ir\\_relatoriocontas20132014aprovadoAG1Out14.pdf](http://www.sporting.pt/incscp/pdf/investor_relations/ir_relatoriocontas20132014aprovadoAG1Out14.pdf), acedido em 30 maio 2015.

Stefano, N. M., Filho, N. C., Freitas, M. C. D. e Martinez, M. A. T. (2014), “Gestão de ativos intangíveis: Implicações e relações da gestão do conhecimento e capital intelectual”, *Perspetivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, Vol. 4, Nº 1, pp. 22-37.

União Desportiva Oliveirense – Futebol, SDUQ, Lda (2010), “Relatório e Contas 2010”, [http://www.udoliveirense.pt/clube.28/relatorios\\_e\\_contas.218/relatorio\\_e\\_contas.a167.html](http://www.udoliveirense.pt/clube.28/relatorios_e_contas.218/relatorio_e_contas.a167.html), acedido em 22 junho 2015.

Vale, V. (2006), “O desporto e a NIC 38”, *Revista Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 72, pp. 30-34.

Vonnard, P. (2014), “A Competition that European Football: The Origins of the European Champion Club’s, 1954-1955”, *Sport in History*, Vol.34, Iss. 4, pp. 595-619.